



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de História - HIS

Monografia de Conclusão - Curso de Graduação

Professor Orientador: Dr. Mateus Gamba Torres

**A tortura também tem gênero
uma análise sobre a tortura de mulheres na ditadura militar 1969 e 1970.**

Rayssa Cristina Fernandes dos Anjos

Brasília

2023

AGRADECIMENTOS

A Universidade de Brasília me ensinou muito sobre amizades, permanência, comprometimento e força. Quando entrei nesta instituição, carregava sonhos e desejos que queria realizar e foi graças a muitos que pude chegar até aqui. Assim, primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Renata e Inácio que sempre me deram apoio e instrução, disponibilizando de todas as ferramentas necessárias para conseguir o objetivo de entrar dentro desta instituição, nem sempre foi fácil. Ainda vou dar muito orgulho para vocês.

A História de Gênero é onde me encontrei dentro da pesquisa, minha identidade como pesquisadora. Assim, gostaria de agradecer aos meus professores, em especial Marcelo Balaban, que me abriu as portas para a realização da minha primeira pesquisa em 2018, intitulada "As mulheres de José de Alencar: uma análise da moral feminina sob a pena de um olhar masculino de um grande escritor.". E, claro, ao Mateus Gamba que além de orientador e mestre, também foi um grande amigo que pude contar dentro e fora da universidade.

Além disso, gostaria de agradecer aos amigos que fiz, aos que, com o tempo, permaneceram e também aos que se foram, todos tiveram uma parcela de ensinamento na minha vida e os guardarei em minha memória enquanto for possível guardar. Em especial, meus agradecimentos cheios de afeto à Daniele, Brando, Lucas e minha irmã Fernanda, sem o apoio de vocês, essa pesquisa nem teria como ser continuada. Por fim e mais importante, agradeço à minha filha, minha pequena Amélie. É, e sempre será tudo para e por você. Obrigada pelo amor e afeto gratuitos dados todos os dias e por ter me escolhido como sua mãe.

“Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira, só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira. Eu tinha 19 anos, fiquei três anos na cadeia e fui barbaramente torturada, senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para os seus interrogadores, compromete a vida dos seus iguais e entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia se fala a verdade, diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira. E isso (aplausos) e isso, senador, faz parte e integra a minha biografia, que eu tenho imenso orgulho, e eu não estou falando de heróis. Feliz do povo que não tem heróis desse tipo, senador, porque aguentar a tortura é algo difícilíssimo, porque todos nós somos muito frágeis, todos nós. Nós somos humanos, temos dor, e a sedução, a tentação de falar o que ocorreu e dizer a verdade é muito grande senador, a dor é insuportável, o senhor não imagina quanto é insuportável. Então, eu me orgulho de ter mentido, eu me orgulho imensamente de ter mentido, porque eu salvei companheiros, da mesma tortura e da morte. Não tenho nenhum compromisso com a ditadura em termos de dizer a verdade. Eu estava num campo e eles estavam noutro e o que estava em questão era a minha vida e a de meus companheiros. E esse país, que transitou por tudo isso que transitou, que construiu a democracia, que permite que hoje eu esteja aqui, que permite que eu fale com os senhores, não tem a menor similaridade, esse diálogo aqui é o diálogo democrático. A oposição pode me fazer perguntas, eu vou poder responder, nós estamos em igualdade de condições humanas, materiais. Nós não estamos num diálogo entre o meu pescoço e a força, senador. Eu estou aqui num diálogo democrático, civilizado, e por isso eu acredito e respeito esse momento. Por isso, todas as vezes eu já vim aqui nessa comissão antes. Então, eu começo a minha fala dizendo isso, porque isso é o resgate desse processo que ocorreu no Brasil. Vou repetir mais uma vez: Não há espaço para a verdade, e é isso que mata na ditadura. O que mata na ditadura é que não há espaço para a verdade porque não há espaço para a vida, senador. Porque algumas verdades, até as mais banais, podem conduzir a morte. É só errarem a

mão no seu interrogatório. E eu acredito, senador, que nós estávamos em momentos diversos da nossa vida em 70. Eu asseguro pro senhor, eu tinha entre 19 e 21 anos e, de fato, eu combati a ditadura militar, e disso eu tenho imenso orgulho.”

Resposta de Dilma Rousseff ao senador Agripino Maia (DEM-RN).
Transcrição do trecho da audiência, realizada em 07 de maio de 2008
pela Comissão de Infraestrutura do Senado.

RESUMO

Narrar a história de mulheres no Brasil é falar de lutas marcadas por pequenos avanços e muitas dificuldades. Esse trabalho pretende destacar a presença da mulher na Ditadura Militar brasileira bem como na animosidade em encará-las como sujeitos dentro das esquerdas e contra o Regime autoritário. É a partir desse raciocínio, por fim, que muitas das mulheres presas durante o regime militar sofreram em seus corpos a marca mais profunda da repressão, a tortura. Dessa forma, faz-se necessário uma análise quanto a postura desses homens para com essas mulheres, que além de irem contra suas ideologias, ainda as tratavam com desprezo e crueldade. Nesse aspecto, este trabalho discute sobre a construção do sujeito político feminino (militante) e a misoginia escancarada nas torturas. E, por fim, trazer debates acadêmicos sobre esse tratamento recebido por elas.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar – Mulheres – Repressão – Misoginia.

ABSTRACT

Tell the history of women in Brazil is talking about struggles marked by small advances and many difficulties. This work intends to highlight the presence of women in the Brazilian Military Dictatorship as well as the animosity in facing them as subjects within the left and against the Military Regime. It is from this reasoning, finally, that many of the women arrested during the military regime suffered in their bodies the deepest mark of repression, torture. Therefore, it is necessary to analyze the attitude of these men towards these women, who, in addition to going against their ideologies, still treated them with contempt and cruelty. In this regard, this paper intends to discuss the construction of the female political subject (militant) and the open misogyny in torture. And, at last bring the academic debates about this treatment received by them.

KEYS: Military Dictatorship – Women- Repression – Misogyny.

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	7
<i>CAPÍTULO I</i> – Sujeito MULHER: <i>A voz silenciada</i>	15
Tomada de depoimento à CNV: Ana Maria Estevão.....	17
Tomada de depoimento à CNV: Aurea Moretti Pires.....	19
Tomada de depoimento à CNV: Eliete Lisboa Martella.....	25
Levantamento sobre violência, tortura, Direitos Humanos e arbitrariedades da Ditadura Militar.....	29
<i>CAPÍTULO II</i> – “O problema é ser de esquerda ou ser mulher, Dr.?”	35
A produção de violências e seus enigmas históricos.....	43
<i>CONCLUSÃO</i>	54
<i>FONTES</i>	59
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	60

INTRODUÇÃO

A América Latina como um todo sofreu com as repressões ocasionadas por ditaduras militares, especialmente na segunda metade do século XX. No Brasil, não foi diferente. Violência, tortura, negação dos direitos humanos e vários outros crimes foram protagonizados por agentes do Estado, trazendo uma sensação de insegurança e impunidade para a sociedade brasileira.

Apesar de toda essa ferida histórica, temos, atualmente, passado por diversas tentativas de apagamento histórico desses 21 anos de história. A sensação que isso traz, é que diversos veículos de comunicação, com o auxílio do Estado, querem convencer a sociedade de que esse momento vivenciado - e contido em nossas memórias e arquivos oficiais - não foram “tão ruins assim”. Essas tentativas, entretanto, fazem o inverso, pois com elas, é como se estivessem colocando o dedo em uma ferida social, histórica e política que não foi e está longe de ser cicatrizada. Apesar dessa dor e da negligência de veículos de informação que têm como intuito a propagação de *fakenews*, a historiografia, por sua vez, exerce um papel muito importante para sanar, questionar e expor esse período, expulsando a mentira e mostrando a verdade às novas gerações de brasileiros. É a partir desse processo historiográfico que é possível termos uma relação do porquê ou como chegamos a esse parâmetro sociopolítico que nos encontramos nos dias atuais.

Para que seja possível o estudo desse período, é importante ter em mente que não existe possibilidade de estudar qualquer período que seja em sua totalidade. Exposto isso, a história de gênero, mais precisamente, a história das mulheres que segue o intuito de dar voz aos seus protagonismos históricos, políticos e sociais negados, se reflete completamente dentro do enredo deste trabalho, pois foram elas, desde o princípio vítimas de suas identidades apagadas/roubadas e protagonismos históricos de luta negados, na ditadura militar brasileira, não seria diferente. Nesse processo, suas imagens foram apagadas e/ou distorcidas dentro do processo político, na ideia de traçar um perfil da mulher que se opunha à ditadura como a amante, a “puta”, a carente, entre outros adjetivos. Assim, como em outros projetos políticos autoritários do século XX, a construção do sujeito se dá de forma unitária¹, isto é, não há uma diversidade dos indivíduos e dessa forma, o apagamento de algumas parcelas desse processo acontece de maneira constante.

¹ COLLING, Ana Maria. *A Resistência da Mulher na Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, p. 94, 1992.

Para que essas mulheres sejam reconhecidas como sujeitos históricos e políticos, é preciso que se faça uma análise das questões de gênero ocorridas nesse processo. As relações sociais diferenciam e norteiam o papel que cada indivíduo tem dentro da sociedade. É inevitável constatar que normas e relações sociais, envolvem oportunidades, liberdades e obrigações associadas ao ser masculino e ao ser feminino que podem gerar discriminação, desfavorecendo a igualdade e a liberdade².

A desigualdade social, de gênero, sexual e a própria estruturação de gênero e sexualidade da violência vivenciada por essas mulheres traz consigo uma carga nesse período autoritário voltado para ridicularizá-las, com torturas específicas por serem mulheres. Eram processos de violência psicológica extensa e de abuso sexual como forma de objetificação e desvalorização do corpo feminino. De acordo com Ana Carolina Colling, é possível identificar que a atuação das ditas mulheres “subversivas”, em especial na produção literária, foi marcada pela busca de visibilidade em torno de sua participação política, tendo elas que romper obstáculos de gênero para ocupar espaços que historicamente eram direcionados apenas para o sexo masculino.³ Dessa forma, é possível identificar uma hierarquia masculina frente a implantação da subordinação “natural” feminina. Colling continua seu raciocínio ao afirmar que o lugar de luta dessas mulheres na maioria dos casos seria de forma "passiva" ou, até mesmo, numa categoria “sem sexo”, isto é, a descaracterização de traços femininos naturais, a masculinização ou feminização dos sujeitos⁴. Assim, é possível identificar que até mesmo dentro dos espaços voltados para as políticas de esquerda (leia-se estudantes, militantes, entre outros) essas mulheres normalmente exerciam papel de apoio e, raramente, assumiam posições de comando.

Uma forma de serem vistas como indivíduos detentores de posição política se deu por meio de manifestações e protestos políticos. Um exemplo disso foi o movimento da “queima de sutiãs”⁵, em que manifestantes levaram alguns símbolos da feminilidade, reunidos em uma

² Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. v.1, part. 3, p. 401. 2014

³ COLLING, Ana Maria. 50 anos de ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. Revista Direito GV, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 505-522, 2015.

⁴ COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Record: Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, cap. IV. p. 94, 1997

⁵ Queima de sutiã, ou em inglês “Miss America protest”, ou simplesmente “bra-burning”. A manifestação ocorreu em 7 de setembro de 1968 em frente ao teatro onde ocorria o evento Miss América. Foram reunidas cerca de 400 mulheres do WLM (*Women’s Liberation Movement*), lideradas por Robin Morgan, entre outras, em *Atlantic City* (EUA). As ativistas aproveitaram o concurso para chamar atenção da mídia problematizando a visão arbitrária da beleza inalcançável e opressiva às mulheres, além da exploração comercial. CORDEIRO, Luiza Helena Lobo, MOTA, Maria Dolores de Brito. A “Queima de Sutiãs” de 1968: Relações entre corpo e roupa na construção de um acontecimento simbólico feminista. Revista de História bilros – História (s), Sociedade (s) e Cultura (s). v. 06, n. 13, 2018.

lata de lixo e ateados fogo. Ao “virar a mesa” e expor suas vontades, mulheres que praticavam a militância, eram desmoralizadas, expresso na carga de ódio direcionada às mulheres quando torturadas nos cárceres do regime autoritário brasileiro. Os tipos de violência que as mulheres sofriam podiam ser:

Além da penetração vaginal, anal e oral, também constituem violência sexual golpes nos seios; golpes no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos e/ou animais na vagina, pênis e/ou ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; atos físicos humilhantes; andar ou desfilhar nu ou seminu diante de homens e/ou mulheres; realizar tarefas nu ou seminu; maus-tratos verbais e xingamentos de cunho sexual; obrigar as pessoas a permanecer nuas ou seminuas e expô-las a amigos, familiares e/ou estranhos; ausência de intimidade ou privacidade no uso de banheiros; negar às mulheres artigos de higiene, especialmente violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes durante o período menstrual; e ameaças de violação sexual.⁶

A Comissão Nacional da Verdade foi o mais recente projeto relacionado à ditadura militar, criada com o objetivo de promover e apurar crimes políticos e tornar públicas as graves violações aos direitos humanos praticadas no período ditatorial brasileiro.

A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos.⁷

Em dezembro de 2009, na ocasião da 11ª Conferência dos Direitos Humanos, foram reunidos em Brasília mais de 1.200 delegados de conferências estaduais, convocados pela Secretaria de Direitos Humanos para deliberar e analisar o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH)⁸. A conferência recomendou e aprovou a criação da CNV afim de promover esclarecimento público de violações aos direitos humanos pelos agentes do Estado.

Nesse sentido, a CNV direcionou suas atividades para cumprir os objetivos especificamente fixados pelo artigo 3º da lei que a instituiu: a) esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos, conforme a definição do artigo 1º; b) promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria,

⁶ Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes v.1, part. 3, p. 419-420. 2014

⁷ Relatório da CNV: A Criação da Comissão Nacional da Verdade. v.1, part. 1, p. 20. 2014.

⁸ **Idem**

ainda que ocorridos no exterior; c) identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, conforme a definição do artigo 1º, e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; d) encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do artigo 1º da Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995; e) colaborar com todas as instâncias do poder público para a apuração de violação de direitos humanos; f) recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir a violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva reconciliação nacional; e g) promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história dos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.⁹

Sua instalação e permanência se dá em 16 de maio de 2012, até a apresentação do Relatório Final, em 10 de dezembro de 2014¹⁰. A cerimônia de entrega contou com a participação de diversos ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos, parlamentares e da Presidenta da República e também ex-combatente do período repressivo, Dilma Rousseff. Esse momento foi o marco que encerrou oficialmente os trabalhos da CNV.

O texto do Relatório Final é composto por 3 volumes, dividido em 18 capítulos, mais 9 textos temáticos tratando de graves violações aos direitos humanos de trabalhadores, estudantes, militantes, mulheres, entre outros. Foram citados 377 ex-agentes do Estado considerados responsáveis por graves violações dos direitos humanos, incluindo os nomes dos generais: Humberto Castello Branco (1964-1967), Artur Costa e Silva (1967-1969), Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), ditadores do período repressivo.

De acordo com os registros das investigações feitas pela CNV, a prática de violência sexual por agentes públicos indica sua ocorrência de forma disseminada em praticamente toda a estrutura repressiva, são citados DEIC, DOI-CODI, DOPS, Base Aérea do Galeão, batalhões da Polícia do Exército, Casa da Morte (Petrópolis), Cenimar, CISA, Delegacias de Polícia, Oban, Hospitais Militares, presídios e quartéis. O desnudamento forçado era regra: acontecia em praticamente todas as ocasiões que um perseguido político ingressava em um órgão da estrutura de repressão. Nessas sessões, eram utilizados objetos disponíveis no dia a dia dos torturadores, como: como ácido, álcool, alicate, canivete, faca, vela e cigarro acesos, cabo de

⁹ Relatório da CNV: As atividades da CNV. v.1, part. 1, p. 48. 2014.

¹⁰ **Idem.**

vassoura, corda, além de insetos e animais como baratas, ratos, cobras, etc.¹¹ O corpo humano é composto de limitações e o sadismo expresso nas práticas exercidas pelos torturadores parecia como um experimento, com o intuito de observar até onde essas pessoas poderiam aguentar.

Ao tornar públicas as entrevistas feitas pelo CNV às vítimas do Regime Militar, o desrespeito aos Direitos Humanos e a Violência de Gênero, foram selecionadas três mulheres para ponto de partida desta pesquisa. A primeira é Ana Maria Ramos Estêvão, vítima civil e familiar de vítima civil. A tomada de seu depoimento foi feita por Anivaldo Padilha, Raíssa Wihby e Luci Buff, em São Paulo (SP). O depoimento foi feito de forma reservada, no dia 03/05/2013 tendo duração de 2 horas e 27 minutos.

Ana Maria Ramos Estêvão, ficou conhecida no período da Ditadura Militar, na Operação Bandeirante, como Netinha, apelido que usava desde a infância. Como não era clandestina, não fazia sentido ter um codinome ou algo do gênero. Os fatos ocorridos com a depoente aconteceram em julho de 1970, ano de Copa do Mundo. Foi pega pela Operação Bandeirante (OBAN) na Rua Tutoia que depois virou DOI-CODI. Na época, Ana Maria vivia na Avenida Liberdade, em São Paulo, trabalhava no Banco Andrade Arnaud. O trote dos que entravam na faculdade era assistir uma palestra com o pessoal do movimento político. Foi aí que começou o primeiro contato da Ana Maria com a ALN. Nunca teve ficha criminal e mesmo sendo presa, nunca o foi pela prática de um crime.

Um ano depois da tomada de depoimento da primeira depoente, foi a vez de Eliete Lisboa Martella, vítima e testemunha civil. Os responsáveis pela tomada de seu depoimento foram Raíssa Ventura e Ariana Bazzano, em São Paulo (SP). Com duração de 01 hora e 19 minutos no dia 14/05/2014. Vinda de família humilde, foi para a faculdade de São Francisco, em 1966, para fazer Direito onde começou a ser instruída pelos veteranos da faculdade a gostar de política, passando a ler os pensadores da esquerda da época, como Karl Marx. Passou a participar de passeatas e filiou-se ao PCB, antigo Partidão. Foi presa em 1969, pela Operação Bandeirantes, por dois policiais federais à paisana.

A última vítima é Aurea Moretti Pires, vítima civil. Seu testemunho foi colhido sob responsabilidade de Maria Luci Buff Migliori, em São Paulo (SP). Em formato de áudio com duração de 01 hora e 47 minutos no dia 25/02/2014. Criada em fazenda, vem de origem humilde, prestou e passou no vestibular para a Faculdade de Filosofia da USP, e, além disso,

¹¹ Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes v.1, part. 3, p. 421. 2014

fazia como segunda formação o curso de Biologia em uma escola isolada em Ribeirão Preto, a depoente não cita, em seu documento, o nome da segunda instituição. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e junto com Maria Aparecida, colega de militância, criou dentro do Partido um grupo voltado para mulheres, num tempo onde, segundo ela, não se pensavam nelas¹². Áurea já estava envolvida com a luta armada desde 1967, mas foi em 1969 que foi pega, depois de uma tentativa de assalto seguido de sequestro de um fazendeiro mal sucedida. Ela pessoalmente não participou da ação, mas todos os seus colegas caíram.

Todas essas mulheres foram presas e torturadas na Operação Bandeirantes. Nesse aspecto, esta pesquisa pretende analisar conceitos de violência de gênero, citadas num primeiro momento no início desta introdução; e da construção de sociedade patriarcal geracional em que vivemos, tendo como motivação procurar respostas quanto aos porquês dessa insanidade praticada pelo Estado contra essas mulheres, nas torturas baseadas em ridicularização de seus corpos, manipulação, exercício de poder e violências masculinas como forma de impor uma superioridade para com essas mulheres.

A anistia ocorrida para crimes cometidos por militares na ditadura militar, foi feita através uma espécie de “acordo” em busca de uma “conciliação nacional” a partir do apagamento do passado. A criação da Lei da Anistia¹³, em 1979, trouxe bastante ambiguidade em seu texto, isso porque nela consta o perdão aos agentes do Estado. Esse ponto repercutiu de forma negativa, sobretudo entre os militantes dos direitos humanos e os parentes de mortos, desaparecidos e torturados na Ditadura Militar. Essa prática pode ser interpretada como uma forma de igualar e, além disso, apagar um contexto histórico extremamente complexo de sofrimento. Por ora, para muitos setores do Poder Legislativo e da imprensa, em vez de “remexer com o passado”, era o momento de “mirar para o futuro”. Quanto aos desaparecidos políticos, permanecia (e ainda permanece) um silêncio ensurdecedor.

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal representou o retorno do Estado Democrático de Direito. Esse foi um marco para o chamado “pacto de reconciliação”. (FAGUNDES, 2019, p. 232 e 233). Daniel Aarão Reis afirma que essa transição política determinou três silêncios sobre a ditadura militar. O primeiro silêncio seria referente ao apoio dado por parte da sociedade à instauração do Golpe Militar, em 1964. O segundo estaria ligado

¹² PIRES, A. M. Vítima Civil. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 25 de fevereiro, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092.000430/2014-53. Entrevista concebida à Maria Luci Buff Migliori. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/653-v%C3%ADtimas-civis.html>. Acesso em: 30 nov 2022.

¹³ BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, ano 158º da Independência e 91º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm#:~:text=1%C2%BA%20C3%89%20concedida%20a%20nastia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder. Acesso em: 31 jan 2023.

às propostas das lutas armadas. O terceiro silêncio, por fim, seria a Lei da Anistia, que como dito e reforçado, trouxe em sua conjuntura a suposta igualdade entre os dois lados, fazendo assim uma espécie de reconciliação entre os militares e as elites brasileiras.¹⁴ Mesmo com as narrativas presentes nos documentos oficiais, resta uma sensação de serviço inconclusivo já que, apesar da exposição que o trabalho teve junto aos seus objetivos principais, por falta de medidas jurídico-criminais com relação aos agentes do Estado, permanece a sensação de impunidade. Assim, ao concluir os trabalhos da CNV, a impunidade continuou permanente, consequência sustentada ainda pelos resquícios da Lei da Anistia, em 1979.

Nesse aspecto, este trabalho pretende discutir sobre a construção do sujeito feminino como militante, dando enfoque nas torturas relacionadas à Ditadura Militar. No primeiro capítulo, será exposto com mais detalhes os crimes pelos quais essas mulheres foram vítimas, destrinchando os ocorridos, por meio de descrição das entrevistas citadas, afim de apontar e expor as brutalidades as quais Ana Maria Ramos Estêvão, Eliete Lisboa Martella e Aurea Moretti Pires foram submetidas. Já no segundo capítulo, será feito uso de referências bibliográficas, afim de discutir os motivos dessa violência de gênero e seus embasamentos, bem como a imposição da força masculina perante o ser feminino na utilização de violência física e de pressão psicológica e social já sofridas historicamente por várias mulheres no decorrer de anos de patriarcado, machismo e misoginia.

Apesar de ter escolhido trabalhar com os depoimentos de Ana Maria Ramos Estêvão, Eliete Lisboa Martella e Áurea Moretti Pires, este trabalho não pretende analisar somente estes três depoimentos, pois são histórias que se repetem a todas as sobreviventes desse período turbulento. Felizmente, estas mulheres conseguiram passar por esse processo ditatorial e sobreviver, muitas não conseguiram, algumas não tiveram nem a oportunidade/direito de terem seus corpos sepultados por seus familiares, restando a dor de um luto eterno. Pretende-se, assim, destacá-las para análise, mas, apesar disso, deixar evidente que não se trata de uma violência que somente as três teriam sofrido, e sim, algo generalizado para com as militantes do gênero feminino do período. Cabe salientar, por fim que esse período não se remete apenas a mulheres militantes voltadas ao desmantelamento do *des-governo* vigente do período, mas ainda, cabe aquelas que, por acreditarem nas instituições as quais foram criadas, não se sentiam vitimadas de estarem cumprindo um papel o qual lhes fora proposto historicamente como comportamento

¹⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 23, n.45, p. 171-186, 2010.

ideal feminino, isto é, uma mulher “do lar”. Por fim, há também de considerar as mulheres que fizeram parte das instituições repressivas como aparato de força e repressão.

CAPÍTULO I – Sujeito MULHER: A voz silenciada.

Na história da ditadura militar brasileira, como em vários outros projetos políticos autoritários, a construção de sujeitos se dá de forma unitária e não diversificada. A sociedade é dividida em dois blocos antagônicos: ou se é burguês ou proletário. Esses dois discursos anulam as diferenças e constroem sujeitos políticos únicos (normalmente masculinos), desconsiderando a presença feminina¹⁵. Com o fervor dos movimentos contra o período opressor ditatorial, as mulheres, embora poucas tenham registrado sua participação, quando falam, elaboram narrativas permeadas por um processo de luta calcada em estratégias que revelam uma história ainda pouco narrada. A história política das mulheres, sua constituição como sujeitos históricos, deve ser concebida no reconhecimento das diferenças e não na sua negação. No caso das mulheres militantes, no seu projeto de serem reconhecidas como sujeitos políticos.

As mulheres teriam seu lugar bem delimitado, o lar, o espaço privado. São donas-de-casa, esposas, mães. Mulheres que têm como cerne de suas vidas a figura masculina, vivendo para eles, por eles. Deveriam seguir o modelo das mulheres dos “anos dourados¹⁶”, só teria sentido dentro da família, tinha que ser carinhosa, religiosa e obediente, não devendo gostar ou ao menos se interessar por política. Os documentos do SOPS¹⁷ e do DOPS¹⁸ apresentam as mulheres participantes de grupos de esquerda como um apêndice dos homens, sem vontade própria, marionetes¹⁹. Entretanto, nota-se que diferente do que dizem os documentos oficiais, é possível, por meio de trabalhos historiográficos e da própria Comissão Nacional da Verdade, identificar que na realidade a participação dessas mulheres se deu de forma bastante expressiva. Assim, todas que ousassem fugir dessa repressão social deveriam e mereciam ser punidas das formas mais cruéis possíveis. As torturas e assassinatos eram cometidos indistintamente contra grávidas, menstruantes, amamentantes, etc.

Cabe reforçar que existiu (e continua a existir) um apagamento histórico da luta de mulheres nos movimentos de resistência à ditadura civil-militar, contudo, este apagamento é ainda mais severo quando falamos de mulheres pertencentes a outras raças, etnias, homossexuais, transsexuais e pobres. Desse modo, os crimes com motivação de gênero devem

¹⁵ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar ao Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, cap. IV, p. 94.

¹⁶ BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*. In: Mary del Priore. (Org.). *Histórias das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997, p. 722.

¹⁷ Filiais Regionais do DOPS, nomeadas Seção de Ordem Política e Social – SOPS.

¹⁸ Departamento de Ordem Política e Social – DOPS.

¹⁹ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar ao Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, cap. IV, p. 99.

ser analisados e lembrados como tal e não generalizados, uma vez que, principalmente o estupro, é uma arma historicamente utilizada por homens para destruir mulheres, dentro e fora de guerras e outros conflitos²⁰. O *modus operandi* do sistema repressivo que atuou de forma misógina, utilizou-se da discriminação de gênero para reforçar os estereótipos femininos de submissão e dependência emocional, afetiva e política. A todo momento, a repressão política procurou “coisificar” e explorar a “condição de mulheres”²¹, em uma tentativa constante de subalterniza-las.

Antes, é importante ressaltar que sobre esse período, há um debate sobre a apropriação da memória de uma história silenciada no que tange à ação tanto do Estado como dos movimentos de esquerda pela história oral. Nesse campo, a memória compõe uma função primordial ao colocar em evidência as experiências de quem esteve presente nesses eventos. É no ato de lembrar que os sujeitos falam, falas estas que misturam tempo presente e tempo passado, representações individuais e coletivas de compreensão e explicação do contexto social²².

O campo da história oral consubstancia-se como o lugar do entrelaçamento entre a história, a memória e a identidade. Nele, o respeito e a ética são imprescindíveis, visto que, “a relação sujeito-outro necessita ser completada em um processo que envolve individualidades e onde as diferenças devem ser respeitadas” (Ferreira e Grossi, 2004, p.50). A história oral procura pelo respeito e o valor de cada indivíduo, na busca dos santos e dos heróis, dos tiranos e das vítimas, dos transgressores e tantos outros sujeitos que protagonizam determinado episódio.

Por fim, tomando como ponto de partida os depoimentos da vítimas desse terrível e não tão distante período da história do nosso país, Ana Maria Ramos Estêvão, Eliete Lisboa Martella e Áurea Moretti Pires se dispõe a falar sobre suas lutas, torturas e resistências dentro das lutas sociais e seus desempenhos na busca por suas identificações como sujeitos políticos, mas também, pela constante força de vontade de permanecerem fortes para enfrentar toda dor proporcionadas pelos agentes de Estado nos momentos em que estiveram detidas.

²⁰ LEITE, Isabel Cristina; GUMIERI, Julia; CARVALHO, Lucila Lang Patriani de; GHERINI, Pamela Michelena de Marchi. Se eu morrer [livro eletrônico]: Inês Etienne e a denúncia da violência de Estado e de gênero. (Org.) OLIVEIRA, Bruno Gomes. ed. 1. São Paulo, SP. Editora Monstra, p. 09, 2021.

²¹ TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Seção temática** • Rev. Estud. Fem. 23 (3). p. 1002, Set-Dec 2015.

²² BARROSO, Eloísa Pereira. Relações de gênero na guerrilha: A configuração dos espaços de luta. ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro. v.34. n. 74. p. 562, 2021.

1.1 - *Tomada de Depoimentos à CNV: Ana Maria Ramos Estevão.*

Filha de pescador, Ana Maria Ramos Estevão, ficou conhecida no período da Ditadura Militar como Netinha, apelido que usava desde a infância. Vivia na Avenida Liberdade, em São Paulo e integrou-se à facção revolucionária Ação Libertadora Nacional – ALN. Vinda de Maceió, o convívio com temas políticos relacionados à ideologia comunista já vinha de casa. Seu pai era vinculado ao Partido Comunista, o PCB e discussões acerca da ideologia sempre fizeram parte do seu cotidiano.

Em 1965, foi para o internato Instituto Metodista na Chácara Flora, ali, todos os alunos tinham como obrigatoriedade o consumo de três horas de leitura depois do jantar e, foi nessa tomada de oportunidade, que Ana Maria conseguiu aperfeiçoar-se melhor das leituras de base comunistas que até então não estavam proibidas dentro da instituição. A radicalização começou a ser identificada quando os alunos do internato o qual Ana Maria estudava passaram a ter contato com os estudantes da Faculdade de Teologia, em 1967. A partir desse conglomerado, os alunos conseguiram derrubar a reitora, pois não conseguiam autorização para a participação em passeatas, já que a maior idade, naquele período, era de 21 anos. Com a vinda do novo reitor, as movimentações políticas passaram a ser ainda mais coibidas, na tentativa de evitar discussões de cunho político.

Mesmo conseguindo autorização para a participação dos alunos em passeatas, a Igreja Metodista não concordava com a postura das alunas da instituição que, logo, foram expulsas. A Instituição fechou em 1968 e a Faculdade também foi fechada pouco tempo depois, sob o parecer de que seu fechamento seria por má conduta de seus alunos imorais, que faziam uso de tabagismo, álcool e estariam tendo relações sexuais, mas o mais grave era os futuros pastores serem aderentes das greves. O plano de Ana Maria Ramos Estevão era de terminar os estudos e introduzir-se aos movimentos estudantis já na universidade. Seus colegas de instituição tendiam a se identificar com a Ação Popular – AP, popular entre os cristãos metodistas.

Passou para o curso de Serviço Social, em 1969. O trote da instituição era participar como ouvinte de palestras do movimento estudantil, onde pôde ter seu primeiro contato com a ALN. Adentrou a grupos de estudos clandestinos e passou a conhecer táticas, inclusive de comunicação entre os membros. Concorreu e ganhou a chapa da presidência do centro acadêmico, em 1970. Para o exercício dessa função, fora preparada pelos seus veteranos durante um ano.

Ana Maria foi presa três vezes. A primeira em junho de 1970, em um assalto a banco, na rua Goipá – RJ, segundo ela: “fui presa pela OBAM e fui torturada 15 dias lá. Peguei pau de arara” (ESTEVÃO, 2013, p. 41). Logo depois, teria sido encaminhada para o DOPS e, por fim, para o presídio de Tiradentes. Cumpriu uma pena de nove meses ao todo. De acordo com a depoente, os primeiros três dias foram os mais intensos, nos dias que se seguiram, a tortura passará a ser psicológica, pois ouvia a todo momento, militantes serem torturados nas celas ao lado da sua, ouviam-se gritos e ameaças. Além disso, um fator oportuno seriam as condições insalubres das salas, completamente cheias de sangue. Eram utilizadas mordanças, para esconder os gritos dos torturados com choque; outras violências, como tapas no rosto e acusações de histeria, seriam obras comandadas por Lourival Gaeta²³. A premissa do torturador era de, com isso, justificar as violências contra Ana Maria, justificar o injustificável.

Depois ele [Gaeta] foi lá embaixo, na minha cela, dizer pra gente que ele tinha batido na gente, porque a gente estava tendo ataque histérico. E ainda vinha se justificar: “É, vocês não eram tão quentes assim na esquerda, mas a gente teve que ser mais violento, porque vocês estavam tendo ataque histérico, começavam a gritar”. Isso foi o que mais me ofendeu pessoalmente, porque, claro, tirar a roupa, ser obrigada a ficar nua, levar choque na vagina, tudo isso é muito humilhante, mas dizer que foi porque a gente ia ter uma crise histérica, que é uma coisa que é para te ofender como mulher (ESTEVÃO, 2013, p. 45).

As ameaças de estupro ou tentativas eram constantes:

Eles sempre tentaram, quando interrogavam mulheres, se a pessoa dizia que era virgem, quando eles perguntavam, eles diziam: “Ah, então nós vamos fazer o exame. Fulano vai fazer. O dedo dele é bem grande. Ele vai fazer o exame para saber se você é mesmo”. Tinha muita essa jogada com a história de que todas as mulheres da esquerda eram todas prostitutas, porque elas davam para todo mundo da esquerda; que a gente era contra o casamento. Além das violências que eles faziam com as mulheres que tinham filho, que levavam os filhos, que ameaçavam, que torturavam (ESTEVÃO, 2013, p. 48).

A segunda prisão de Ana Maria Ramos Estevão ocorreu em junho de 1972, onde teve contato pela primeira vez com Carlos Brilhante Ustra²⁴. O comandante tentou contatá-la como

²³ ESTEVÃO, A. M. R. Vítima civil e familiar de vítima civil. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 03 de maio, 2013. São Paulo, SP. NUP: 00092.002303/2013-16. Depoimento colhido sob responsabilidade de: Anivaldo Padilha, Raíssa Whiby e Luci Buff. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ana_Maria_Ramos_Estevao.pdf. Acesso em: 11 nov 2022.

²⁴ Carlos Alberto Brilhante Ustra foi coronel do Exército brasileiro. Entre 1970 e 1974, chefiou o DOI-Codi do 2º Exército, em São Paulo, período em que ficou conhecido como Major Tibiriçá. Em 2008, Ustra se tornou o primeiro militar a ser reconhecido como torturador pela Justiça. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>. Acesso: 02 fev 2023

informante, na busca por outra militante, a Silvia. “Eu vi sua ficha. Você estudou no Instituto Metodista, não sei quê, não sei quê. Vamos combinar uma senha: se a Sílvia te procurar, você me telefona” – me deu um número de telefone, que eu joguei fora” (ESTEVÃO, 2013, p. 34-35). Uma prática muito comum entre os comandantes das forças repressivas era praticar a tentativa de desvio dos ideais de militantes, no intuito de convencer que as vítimas trabalhassem infiltradas, colhendo informações das organizações. As pessoas que conseguiam ser convencidas deste trabalho eram chamadas de “RX” pelo jargão policial²⁵. A ‘Casa da Morte’, em Petrópolis tinha tal finalidade, de acordo com a única sobrevivente do calabouço, Inês Etienne Romeu²⁶.

O motivo de seu terceiro cárcere, no ano de 1973, foi pelo envio de suplementos e medicações para os guerrilheiros do Araguaia²⁷. Na luta armada, homens e mulheres tinham o mesmo tratamento, era esperado o mesmo de ambos. Apesar de exercer sua tarefa como guardiã/ cuidadora dos companheiros prejudicados pela guerra, essa não era uma atividade exclusiva a qual Ana Maria Estevão Ramos se dispunha a realizar, entretanto, é importante afirmar que dentro das organizações de esquerda se fazia necessário, acima de tudo, a ética da solidariedade. O roubo a bancos, sequestros etc., tratavam-se de crimes de financiamento, isto é, todo o dinheiro arrecadado dentro dessas ações, voltavam-se para as organizações e era direcionado para a manutenção dos armamentos, compra de alimentos, remédios, exílio, identidades, ou seja, todas as possíveis necessidades de manter o máximo de militantes sobreviventes.

1.2 - Tomada de Depoimentos à CNV: Aurea Moretti Pires.

Filha de fazendeiro, Aurea Moretti Pires teve contato primário com a educação na escola de camponeses, onde estudou até o quarto ano. Assim que passada essa etapa, continuou os estudos de forma domiciliar com a professora Ester que a educava em troca de moradia. Aurea e sua família mudaram-se para Morro Agudo – SP, onde pode concluir sua educação básica no ginásio. Aurea acredita que sua consciência de classe foi despertada em meio a educação

²⁵ BERNARDO, André. A história da ‘Casa da Morte’ contada por única sobrevivente. ‘Queima de arquivo’. BBC NEWS Brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>. Acesso em: 02 dez 2022.

²⁶ LEITE, Isabel Cristina; GUMIERI, Julia; CARVALHO, Lucila Lang Patriani de; GHERINI, Pamela Michelena de Marchi. Se eu morrer [livro eletrônico]: Inês Etienne e a denúncia da violência de Estado e de gênero. (Org.) OLIVEIRA, Bruno Gomes. ed. 1. São Paulo, SP. Editora Monstra, 2021.

²⁷ Uma das mais expressivas reações armadas contra o regime militar, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), no sul do Pará. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/eventos/guerrilha-araguaia/>. Acesso em: 02 dez 2022.

humilde que recebeu, diferente do restante de sua família que pertencia à burguesia e sempre moraram na cidade grande²⁸. Passou numa seleção pública das Lojas Americanas aos 14 anos, mas não permaneceu por muito tempo, pois tivera de migrar para o ensino científico, no Colégio Toneu Mota.

Ao se formar, prestou e passou para o vestibular da Faculdade de Filosofia da USP. Além disso, também fazia um segundo curso em Biologia, em uma escola isolada em Ribeirão Preto, onde foi apresentada para o movimento estudantil que tinha, naquele momento, como princípio, manter o funcionamento da escola que não tinha tantos recursos, isso no ano de 1966. Assim, os estudantes da instituição não viram outra alternativa senão a de irem para as ruas de Ribeirão. Em contrapartida, os militares jogavam, literalmente, os cachorros em cima dos militantes:

[...] agora em 66 pegou fogo no mundo, né, e a gente lotava, mas lotava as ruas de Ribeirão Preto, né, e eles levavam o canil pra soltar os cachorros na gente. Então apareceram duas armas muito eficazes pra nós, que era a bolinha de gude e a rolha de garrafa pra jogar nos pés dos cavalos, e aí a gente derrubava o cavalo de cima e o cavalo de baixo com coisa assim, e quando eles começaram a soltar os cachorros, cachorro treinado para pegar e matar a gente, sim, bem, era isso que...era isso, então os engraxates uma vez levaram um saco cheio de gatinho, então a hora que soltaram os cachorros os meninos soltaram os gatos, os cachorros esparramaram, cabou, ninguém mordeu nós e nem os gatos, porque a gente acudiu os gatos também, né, então era mais ou menos assim, a gente deixava eles doidinhos, vinha do Batalhão de Pirassununga, né, e dava [...] O Batalhão era que tinha todas as armas, tinha assim um pessoal treinado pra todo tipo de trabalho, e também carro, porque era tiro de guerra, né. Até meu irmão, quando teve que fazer ele fez, mas antes disso, né. Então eles tinham tudo que precisasse, e depois a gente soube, já dentro do Presídio Tiradentes, que eles prendiam muita gente na região e levavam pro próprio batalhão (PIRES, 2014, p. 03).

Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Depois da visita de Luciano Lepera²⁹, que deu uma palestra às mulheres do partido sobre a forma em que elas eram tratadas pelo regime. Junto com a companheira Maria Aparecida, Áurea criou, dentro do PCB um grupo voltado para política de mulheres

²⁸ PIRES, A. M. Vítima civil. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 25 de fevereiro, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092.000430/2014-53. Depoimento colhido por Maria Luci Buff Mogliori. p. 02. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Aurea_Moretti_Pires_-_25.02.2014_-_rp.pdf. Acesso: 30 nov 2022.

²⁹ Conhecido como o “deputado dos grevistas”, era dirigente do PCB. Disponível em: <https://redept.org/setoriais/nucleo---luciano-lepera/coletivo>. Acesso: 02 fev 2023.

A partir daí a gente se organizou, uma comissão feminina, pra estudo, pra trabalho, pra arrecadar dinheiro pra fazer festa, e acabou fazendo até casamento, você sabe, porque os meninos vinham e tiravam pra dançar e pronto, era assim. Mas principalmente era um grupo de meditações, de lições em conjunto, já dentro do Partidão, né, e depois tem assim, a nível nacional e internacional, tem a Revolução Cubana, que foi sempre o nosso espelho, sempre, o Guevara e todos que participaram dela. Então tinha até um...eu tenho que lembrar o nome dele, que ele escrevia sobre a Revolução Comunista, né, e que a gente tinha assim uma linha de pensamento, de raciocínio, que o correto mesmo nos países era de instituir socialismo como era na União Soviética, e pra nós, então, um bem parecido com o de Cuba. (PIRES, 2014, p. 3-4).

Como é possível notar, o pensamento desses militantes era um pouco mais radical, tendo como ideal a institucionalização do socialismo como ocorrera na União Soviética – URSS e em Cuba. Assim, já era possível identificar a semente do pensamento sobre a luta armada que foi tomando força a partir de 1964. De acordo com a depoente, até esse ano, o pensamento existia, mas como uma forma de discussão política, porém, com o Golpe, a luta armada teria se tornado inevitável. No trecho a seguir do depoimento de Aurea Moretti Pires, ela fala um pouco mais sobre como essas atividades poderiam sair do campo das ideias e de suas atribuições dentro desse processo, abdicando do curso de Filosofia, para Enfermagem em prol de seus ideais políticos:

Luci Buff (Comissão Nacional da Verdade) - E quais as atividades pra preparar esta luta e seu papel?

Áurea Moretti Pires - Então, no começo tinha o jornal *O Berro*, que a gente levava, ainda tinha uma linha de combate à ditadura, mas bem democrática, sem a luta armada, e que facilitou pra gente pegar contato na região inteira, um indicando o outro, outro mandando, outro levando jornal, o povo gostando, tinha também comerciantes, industriários que estavam muito insatisfeitos com a ditadura, economicamente, tava sentindo que tava sendo derrubado. Então que foi crescendo, foi num crescendo isto, e este trabalho acabou ficando na mão de nós todos, né, mas eu era a pessoa que ia regularmente fazer o contato, levar o jornal, discutir a situação nacional com a pessoa e também arrecadar o dinheiro, algum dinheiro, o que a pessoa quisesse dar, né, assim. E também era encarregada de ver remédio, medicamento, que no final eu tava fazendo curso de enfermagem, porque eu larguei o curso de Filosofia, porque eu pensei que a revolução precisava muito mais de uma boa enfermeira, que era o que eu queria fazer, do que uma cientista dentro de um laboratório, olhava assim os pesquisadores: “Minha mãe do céu, não serve”, então passei pra enfermagem. Inclusive, também, eu ensinava o primeiro tratamento em tudo, assim, como fazer tudo e formando as caixinhas de primeiros socorros, muita coisa eu escrevia e dava pra eles, pros meninos... (PIRES, 2014, p. 04).

Aurea envolveu-se com a luta armada em 1967. Junto com seu grupo, colocou bombas em cinemas e rodoviárias de Ribeirão Preto e região, uma forma de prestação de homenagem ao Che Guevara³⁰. De acordo com ela, a intenção não era de provocar acidentes para com os civis, por isso, esses ataques eram bem arquitetados.

Então a gente entrava na primeira sessão do filme com a bomba já prontinha e quando começava a segunda sessão a gente ia quietinho no banheiro, acendia o pavio e colocava assim bem longe onde tava o público, mas longe do povo, e como muitas vezes pessoas saíam na segunda sessão, eu pelo menos fiz assim, bem tranquila, passei, falei pra eles: “boa noite”, quando eu cheguei lá na esquina eu escutei o estouro (PIRES, 2014, p. 05).

Depois da falha em um assalto e sequestro de um fazendeiro, em 1969, foi capturada pelos militares. Aurea, pessoalmente, não corroborou com a participação do crime, mas todo o seu grupo caiu e, conseqüentemente, ela foi junto.

Áurea Moretti Pires – [...] E que a maioria das organizações foi isso também, né, por um descuido ou não pensando de um modo maior, cada uma teve seu dia e sua hora porque era a proposta do governo da ditadura militar...

Luci Buff (Comissão Nacional da Verdade) – Reprimir.

Áurea Moretti Pires - Reprimir, matar. (PIRES, 2014, p. 06).

Os militares se deslocaram até sua casa, era final de semana, entre sábado e domingo, logo após a captura de Mario Buglioni, colega militante, que ao não aguentar a tortura, acabou a colega.

Então à noite, o Mario...eu tinha chegado de Franca, a gente tava na sala vendo uma novela lá, a televisão tava começando, aí de repente bateram na porta da sala, na porta da cozinha, minha mãe foi atender, era o Miguel Lamano, bem, era ele que tava comandando: “Cadê a Maria, cadê a Maria?”, e eu fiquei quieta, porque eu tinha passado numa banca de jornal e deixado todos os folhetos, eu só levei um pra casa porque eu ia dar pra alguém e pus atrás de um quadro, assim. E aí eles invadiram tudo, começaram a revirar tudo, mas tá, ele queria a Maria, tá...”Mas que Maria?”, minha mãe fala. E meu cunhado que era ligado com o Marighella e minha irmã, que também era da ALN, no meio do caminho, assim, que a gente brigou, quando saiu do Partidão, foi cada um prum lado, os dois santinhos lá dentro. Reviraram meu quarto e de repente um pulou e viu um papel atrás do quadro, que eu tinha posto, porque eu deixei todo material numa banca de jornal que era nosso apoio, e só trouxe aquilo que era pro dia seguinte, porque eu tava com medo de ter coisa em casa. E aí eles pegaram e era da luta armada: “Que que é isto, que que é isto, tá vendo, é ela!”. Aí eu falei assim: “Não, isto aí foi um amigo meu que me deu, que ele é até boliviano, um cara meio esquisito,

³⁰ Revolucionário do movimento socialista na América Latina e da Revolução Cubana.

nem sei direito o nome, que amanhã ele vem pra falar comigo, pra eu dar pra ele”, e “Como ele chama?”. Aí eu inventei um nome, eles passaram este nome pra tudo que eles tinham feito, cercando a cidade, a área toda, porque era na estrada estadual, na estrada rural, dentro de cidades pequenas, onde tivesse um que podia ser comunista eles tavam lá cercando. E passaram o nome dele, um nome meio esquisito. E procurando ele, por dias e dias, passaram pra São Paulo, não é? E muita coisa foi assim. Mas o concreto mesmo é que eles conseguiram. Por exemplo, chegou uma hora, o Mario mesmo não aguentava mais, ele já tinha levado eles em uma monte de casa que não era e teve uma hora que ele levou na minha casa, inclusive uma coisa que a gente falava, que era pro pessoal segurar um tempo e tinha um momento que não ia resistir e que podia até chegar. Então ele levou eles na minha casa, a hora que ele me viu, tadinho, sabe...nossa! E depois toda vez que ele me encontrou na vida, encontramos ainda muito tempo, e toda vez ele me pediu desculpa e eu falava que não era pra eu desculpar porque ele não tinha feito nada errado (PIRES, 2014, p. 07)

As torturas, como já se sabe, exercidas principalmente para a coleta de informações, infundadas em perseguições políticas, fez com que Mario não suportasse e entregasse a colega. Aurea foi direcionada para a Delegacia de Polícia e recepcionada por dois policiais. “Então uma hora vinha um, outra hora vinha outro, um queria me espancar até matar o outro falava que não (...) “Magina, esta menina, ela vai contar tudo pra nós, não precisa bater nela”, foi o que mais me bateu³¹. Ficou nesse jogo de empurra-empurra, até que finalmente foi direcionada para o quartel, onde ficou trancafiada dentro de uma cela que dava acesso à escuta de um rádio que narrava as prisões de todos os membros do seu grupo de guerrilha. Aurea foi a primeira mulher a ser presa naquele quartel.

E como que fazia com uma mulher dentro do quartel? Aí é que começa a questão do gênero, entendeu, é isso...este é o gênero, tá. Então eles vinham em bando, tinha três, três grades do lado de fora, eles vinham em bando, e também pra não deixar dormir, não deixar descansar, e brigando entre eles: “Não, porque quem vai casar com ela sou eu”, e outro falava assim, “Mas eu não quero casar, eu só quero dar uma namorada...” [...] Agora então eles falaram que iam jogar, jogar dadinho pra ver quem que ia ser o primeiro da fila. Mas alguém deve ter mandado eles pararem, né. Então aquela noite foi só uma amostra. (PIRES, 2014, p. 08-09).

Foi torturada pelo cabo Aparecido, ainda no quartel de Ribeirão Preto:

eu amarrada do modo como eles fazem, que fica amarrado. Assim, os pulsos amarrado, de um modo que a parte de baixo da perna dá pra passar o cano do pau de

³¹ PIRES, A. M. Vítima civil. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 25 de fevereiro, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092.000430/2014-53. Depoimento colhido por Maria Luci Buff Mogliori. p. 08. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Aurea_Moretti_Pires_-_25.02.2014_-_rp.pdf. Acesso: 30 nov 2022.

arara, né, então quando levanta a gente tá pendurado de cabeça pra baixo. E no caso ele tirou toda minha roupa, fiquei só de calcinha [...] era assim que eles torturavam marginal, prostituta, falaram claramente pra nós. O Miguel Lamano também entrou na história. Foi lá dar tapa na minha cara. Claro, sempre assim, sabe. Mas depois mandou o cabo Aparecido parar, porque os dois eram junto. E o Lamano veio batendo em mim e eu amarrada no pau de arara. Ele ria de mim e falava assim: “Ixe, é magrela demais, não vai aguentar pau de arara”. Eu virei e falei mesmo, falei: “Imagina, eu é que aguento porque eu sou magra, eu queria ver você com essa barriga, você já tinha entregado até tua mãe”. (PIRES, 2014, p.09).

Na mesma noite de sua prisão, o sargento Félix, ficou horrorizado ao ver o desespero de sua mãe e a situação em que se encontrava. Graças a Félix, Aurea conseguiu ao menos um colchão para poder “descansar” depois das sessões de tortura. Nas sessões de tortura, permanecia sendo desrespeitada a todo o momento por ser mulher:

Uma bagunça, uma confusão, foram arrebatando os ferrolhos, foram entrando, né, assim, e eu não entendia o que era aquilo, cada um falando uma coisa: “Não, eu que vou casar com ela”; “Não, vamo dá um banho nela aqui”, assim né. Até a hora que um deles, um que era o comandante falou: “Nada disso. Quem vai casar com ela sou eu”. E me agarrou e foi me levando lá pra cima com todo mundo junto, pra sala de tortura, que eles tinham montado no quartel, que não existia antes. A OBAN veio e montou a sala de tortura, né. E aí este cara me agarrando e falando que era meu noivo e subindo, eu não tava subindo, eu tava sendo arrastada pela escada e aí aquele corredor grande, cheio de policial cantando a marcha nupcial, bem: “Lá, lá, lá”. E eu passando com o meu noivo. É isto que o Macrufe fala: “A noiva do torturador”³². É a questão do gênero, violento, naquela sociedade que a gente tava vivendo. O fato de uma menina ter uma relação com o namorado era considerado prostituição. A mulher não tinha direito nenhum. Só o homem tinha o direito de fazer quantos filhos quisesse nela e depois abandonar. E aí me levaram pra sala de tortura, tudo montadinho já. Era noite, e aí foi até a madrugada. Choque elétrico, água, jogando água no corpo pra aumentar o choque elétrico, entendeu? (PIRES, 2014, p. 09-10).

A depoente descreve que nos momentos de tortura, houve uma hora em que as luzes se apagaram. Antes de 1964, os militantes iam à CPFL³³ para desligar as luzes e pichar os muros da instituição. Os militares associaram a queda de energia a esse episódio e intensificaram ainda mais as torturas em cima de Aurea:

num instantinho eles armaram a maquininha, sem luz elétrica, puseram o lampião lá e continuaram me dando choque. Eu nua, totalmente nua, toda machucada, e

³² No decorrer da minha pesquisa, não encontrei nada relacionado à “noiva do torturador” descrito por Aurea Moretti Pires.

³³ Companhia de energia.

recebendo choque nos ouvidos, o telefone [...] pau, e isto deixa seqüela, querendo ou não a gente tem e tem que carregar pro resto da vida e ainda continua xingando eles, porque não pode perdoar. E eles queriam fazer a fila pra ter relação sexual comigo (PIRES, 2014, p. 10).

Era ameaça dia e noite por parte dos agentes, ao ponto de chegar um momento em que não tem como fugir, acham documentos com sua letra e você acaba concordando com o que eles têm a te oferecer³⁴. Depois de tanta tortura, o momento de tentar desviar os ideais dos militantes chegou também para Aurea que se negava a dizer qualquer coisa que não fosse a verdade ou incriminar outra pessoa. Porque dentro da tortura, incriminar alguém, coincide em dar a sentença de morte. Encaminhada para o Presídio de Taubaté, com a reforma da sentença no Superior Tribunal, conseguiu um ano de liberdade condicional e terminou a pena na Penitenciária Feminina das Irmãs do Bom Pastor. Entretanto, relata que era seguida/ vigiada constantemente³⁵ pelos agentes. No decorrer desse um ano de “liberdade provisória”, sua casa foi invadida muitas vezes, o tempo de reclusão a que foi submetida, foi cumprida, mas a liberdade, propriamente dita, não foi restaurada.

1.3 Tomada de Depoimentos à CNV: Eliete Lisboa Martella.

Nascida de família humilde, Eliete Lisboa Martella ingressou na Faculdade do Largo do São Francisco, em 1966, no curso de Direito. Diferente das outras depoentes, seu conhecimento como militante foi fruto da instrução de seus veteranos, não tendo uma base anterior. Passou a ler pensadores da época, participar de passeatas e filiou-se ao PCB, antigo Partidão. Foi presa em 1969, por dois policiais federais à paisana³⁶. Nunca participou de nenhum ato incriminador e não vivia na ilegalidade.

[...] chegou um pessoal, apertou a campainha e olhei pelo visor e vi dois homens que eu não conhecia. Perguntei quem era e ele falou: “Ah, mas não é nada. Nós somos amigos do Vital Etienne Ergui”. Que era um estudante que morava em Minas e que eu tinha namorado com ele. “E o Vital mandou um recado para você, nós somos

³⁴ PIRES, A. M. Vítima civil. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 25 de fevereiro, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092.000430/2014-53. Depoimento colhido por Maria Luci Buff Mogliori. p. 10-11. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Aurea_Moretti_Pires_-_25.02.2014_-_rp.pdf. Acesso: 30 nov 2022.

³⁵ PIRES, A. M. Vítima civil. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 25 de fevereiro, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092.000430/2014-53. Depoimento colhido por Maria Luci Buff Mogliori. p. 18. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Aurea_Moretti_Pires_-_25.02.2014_-_rp.pdf. Acesso: 30 nov 2022

³⁶ Tratando-se de uma descrição civil muito comum para oficiais que não se encontram uniformizados, de acordo com Celso Castro, esse termo seria uma maneira de ridicularizar os oficiais, já que ele pertencia à camada civil da sociedade, isto é, aos inferiores. É possível encontrar mais sobre esse assunto em CASTRO, Celso. O ESPÍRITO MILITAR Um antropólogo na caserna. Sumário Introdução 1. Militares e Paisanos. ZAHAR.ed. 2. cap. 1. p. 53.

amigos dele lá de Minas e ele mandou um recado para você fazer a inscrição dele para dependência”. E eu nem abri a porta e na hora que eu abri a porta eles falaram: “Nós somos da Polícia Federal, a senhora tem que ir até o Exército com a gente” (MARTELLA, 2014, p. 05).

Eliete foi levada para a rua Abílio Soares, onde passou quatro dias e depois encaminhada para o DOPS:

Eles falaram: “Não, você vai prestar depoimento, é regra aqui, para não ver aonde está entrando, tem que pôr o capuz”. E eu falei: “Tá bom”. Pus o capuz e falei: “Ah, a coisa não vai prestar. Esse negócio de pôr capuz, não vai...”. Aí entrei e eles me puseram em uma sala que eu só vi os pés das pessoas, não conseguia ver nada, o capuz chegava até aqui, só dava para ver o pé embaixo. Daí me puseram em uma cadeira e eu fiquei sentada assim, esperando, e aí chegou um e falou assim: “Abaixe a sua roupa porque está aparecendo a sua perna”. [...] Eu estava de vestido. E aí eu puxei, mas fiquei quieta ali, isso levou uns 20 minutos, meia hora, e chegou outro e falou: “Estica a mão aí!”. E eu estiquei e ele pôs um cabinho de telefone, de campanha, virando para dar choque. Aí eu gritei e falei: “Mas escuta, choque por quê?” Eu falei: “Eu sofro do coração, eu tenho distonia do coração”. Naquele tempo eu acho que eu fumava muito, dava um... eu falei: “Eu tenho distonia do coração, vocês vão me matar!”. Daí tiraram o cabinho e puseram na minha perna o cabinho e eu falei: “Ah, daqui não vai ser difícil sair, né?”. Mas acho que ficou... não sei, você perde noção do tempo ali dentro, você perde a noção. Eu acho que foram uns dez, 15 minutos, não sei. Eu estava na emoção de ter entrado àquela hora [...] (MARTELLA, 2014, p. 06-07).

Durante o período de cárcere, Eliette recebia ameaças de abusos sexuais constantes. No depoimento em questão, ela fala sobre dois. Em um primeiro momento “xingavam: “Ah, gostosa! Nós vamos comer vocês de noite!”³⁷. Em um segundo momento “Oh gostosa, hoje você vai ver o que vai acontecer com você lá em cima”³⁸. Todas essas falas de violência inexplicável ocorreram antes da tortura física:

Mas daí eu escutava gente gritando ali dentro, escutei e daí eu estava na parede e chegavam: “Tira a roupa”. Eu fiquei nua, nua, na parede e daí todos... meu ódio! Aí mexiam na vagina, mexiam no ânus, mexiam em tudo. Falavam: “Putá! Você

³⁷ MARTELLA. E. L. Vítima civil e Testemunha. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 14 maio, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092. 000960/2014-00. Depoimento colhido por Raíssa Ventura e Ariana Bazzano. p.07. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000960_2014_00_degravacao.pdf. Acesso em: 25 nov 2022.

³⁸ MARTELLA. E. L. Vítima civil e Testemunha. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 14 maio, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092. 000960/2014-00. Depoimento colhido por Raíssa Ventura e Ariana Bazzano. p. 13. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000960_2014_00_degravacao.pdf. Acesso em: 25 nov 2022.

é estudante de Direito da USP? Você é uma puta, você vai ver o que vai acontecer com você aqui! Sem vergonha!”. Isso, ali eu perdi a noção do tempo, ali eu perdi. Eu não sei se eu fiquei umas duas ou três horas, quatro horas, meia hora, eu não sei, foi longe esse negócio, foi longe esse negócio e ficou ali e um falava assim: “Ela tem doença venérea. Não vamos comer ela porque ela tem doença venérea!”, daí outro falava assim: “Ah, mas é muito gostosa!” Guerra psicológica de deixar você... Alucinada. E com o capuz na cabeça [...]Daí fizeram, fizeram, fizeram e não chegaram a me violentar [...] passavam a mão, davam risada. “Vira, vira agora o rabo pra cá!”. Passavam a mão. Daí falava assim: “Não, primeiro nós vamos dar choque nela no dragão, aí depois...”. Tudo isso, depois que eu saí de lá que eu fui procurar saber o que é dragão e o que não era dragão. E eles me puseram em uma cadeira, eu acho que era de metal, aonde eu sentei e aqui amarraram o meu braço e passaram um cano no meio da perna e ali eu fiquei e falavam assim: “Vai ligar agora?” Não sei quanto tempo eu fiquei ali. “Vai ligar? Não, espera um pouco, ela vai falar! Ela vai contar quem é! Quem que é? Conta quem são os líderes!” E eu falei: “Eu não sei, eu não conheço! Eu não faço parte de nada, eu juro que eu não sei!” “Você sabe sim porque você participou do movimento estudantil, nós temos fotografia sua em passeata e tudo”. E eu falei: “Mas eu não sei, vocês estão querendo o impossível de mim, eu não sei, não sei”. E ali eu fiquei e eles falaram assim: “Ah, mas não ligue já, porque coitadinha, a perna dela que é tão bonita vai ficar tudo sangrando”. Porque diz que na hora que liga, repuxa o pé e você bate e você fere tudo ali. Eu não sei quantas horas eu fiquei nessa cadeira, sentada. (MARTELLA, 2014, p. 14-15)

É interessante, dentro do relato de Eliete que ela afirma não ter sido violentada sexualmente. Entretanto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral em 10 de dezembro de 1948 e que expressamente reconhece que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei” e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assinada em 1969, também estabelece em seu artigo nº 5 que toda pessoa tem o direito de ter respeitadas sua integridade física, psíquica e moral: Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com respeito devido à dignidade inerente ao ser humano. A Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, não deixa dúvidas sobre o entendimento da comunidade internacional. Diz seu artigo 1º:

Para os fins da presente Declaração, a expressão “violência contra as mulheres” significa qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que

ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. (DECLARAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, PROCLAMADA PELA ASSEMBLÉIA DAS NAÇÕES UNIDAS 48/104, 1993, art. 1, p. 2).

De acordo com Eliette, a única participação com o movimento estudantil que tivera foi em passeatas, mesmo sendo filiada ao Partidão. Entretanto, para o regime vigente do período, essa atitude já seria inadmissível. Por coincidência, também foi colega de curso dos responsáveis pelo sequestro do embaixador americano Charles Elbrick³⁹. Essa triste coincidência é utilizada pelos militares para tentar colher informações as quais a vítima não tinha conhecimento.

As torturas da vítima consistiam em choques constantes para conseguir informações sobre alguns militantes. Com a falta de informações que os militares exigiam, foi encaminhada para o Casino da PE, onde ficou em situação insalubre:

Para ficar presa, me levava para a parte de baixo que tinha um portal grande assim e eu entrei em uma salinha que na verdade não era uma cela, ali devia ser onde os sentinelas dormiam. Porque tinha um colchão no chão, tudo cheio de esperma, imundo, só tinha isso e a privada, não tinha o fio, o fio era curto, tinha que subir na privada para poder puxar a descarga. (MARTELLA, 2014, p. 09).

Não se sabe ao certo quanto tempo ficou nessa sala, havia uma luz que permanecia ligada a todo momento, mais uma tática para fazer com que os presos perdessem completamente a noção de tempo. Nesses quatro dias em que foi mantida enjaulada, só pôde fazer uma refeição: “E eu passei quatro dias com aqueles dois pedacinhos de pão e três bananas. Eu perdi 8 kg em uma semana. Não tem nem água”⁴⁰. Ao que parece, tudo fazia parte de um cenário de tortura que tinha como princípio tirar toda a humanidade do indivíduo.

Na terceira noite de cárcere, o Delegado Otavinho chamou a depoente para informar-lhe que seria encaminhada para o DOPS, entretanto, para que isso fosse possível, Eliete teria de

³⁹ O sequestro aconteceu no dia 04 de setembro de 1969 e é considerado um dos episódios mais marcantes da Ditadura Militar. O embaixador foi sequestrado por integrantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O sequestro foi repercutido em rede nacional, os sequestradores tinham como premissa que 15 presos políticos fossem soltos em troca da vida do embaixador. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/36984>. Acesso: 03 jan 2023.

⁴⁰ MARTELLA. E. L. Vítima civil e Testemunha. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 14 maio, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092. 000960/2014-00. Depoimento colhido por Raíssa Ventura e Ariana Bazzano. p.11. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000960_2014_00_degravacao.pdf. Acesso em: 25 nov 2022.

assinar um termo o qual não poderia ler seu conteúdo⁴¹. Assim que assinou o documento, foi ameaçada de morte:

Mas o delegado me chamou de novo porque eu ia sair no dia seguinte e falou assim: “Olha, você vai ser liberada mas eu vou avisar você de uma coisa, se você contar para alguém o que você passou aqui, nós vamos te pegar de novo e nós vamos matar você, você não vai sobreviver para contar mais nada.” Falou: “Você promete que não vai contar?” E eu falei: “Não. Não prometo.” Eu falei: “Eu fui violentada aqui dentro.” (MARTELLA, 2014, p. 25).

1.4 – *Levantamento sobre violência, tortura, direitos humanos e arbitrariedades da Ditadura Militar:*

Como dito, foram utilizados vários métodos de tortura, além de animais e insetos vivos. O relatório da Comissão Nacional da Verdade - CNV contém a denúncia de que o torturador Lourival Gaeta utilizava animais na prática de tortura _cachorros, ratos, jacarés, cobras, baratas; eram lançados contra as pessoas torturadas ou introduzidos em alguma parte de seus corpos:

[...] Especificamente em relação aos camundongos, o torturador, Lourival Gaeta, que atuou no DOI durante a década de 1970, em São Paulo, explicava sua destrutividade uma vez introduzidos nos corpos das suas vítimas com o argumento de que este animal não sabe andar para trás. (BRASIL, 2014a, p. 373, 374).

O que torna os depoimentos de Ana Maria Ramos Estêvão, Eliette Lisboa Martella e Aurea Moretti Pires dignas de serem revisadas são os detalhes as quais as vítimas contam todo o processo pelo qual tiveram de encarar. As violências psicológicas, morais, físicas a que foram submetidas e até mesmo a falta de reconhecimento das violências sexuais as quais foram obrigadas, traz toda uma carga social e moral a qual deve ser discutida. Tende-se a ter compreensão de uma violência sexual apenas quando há penetração propriamente dita, entretanto, quando se analisa todos os detalhes dos depoimentos, não restam dúvidas quanto às violências vivenciadas por essas mulheres. É importante deixar claro que, mesmo com a coragem das depoentes de enfrentar seus traumas e falar abertamente sobre os ocorridos a que foram subjugadas, tenho em mente que muitas preferiram passar a borracha nesse momento de suas vidas e seguir em frente da forma que fosse possível seguir. Muitas vezes mergulhadas em culpa e convencidas de que talvez, por algum motivo, essa violência fosse de alguma forma,

⁴¹ MARTELLA. E. L. Vítima civil e Testemunha. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 14 maio, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092. 000960/2014-00. Depoimento colhido por Raíssa Ventura e Ariana Bazzano. p.19. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000960_2014_00_degravacao.pdf. Acesso em: 25 nov 2022.

culpa delas. Essa violência é fruto de um problema ainda muito maior de relações de poder afixadas na misoginia e machismos acobertados pelo governo do período, a crueldade que foram tratadas é reflexo de uma espécie de castigo. O desrespeito com seus corpos, a acusação de histeria etc. não passam de uma falácia travestida de subterfúgio para exercitar violências de gênero que sempre existiram e que, naquele momento, poderiam ser explícitas por se tratarem de mulheres “subversivas”.

Violência diz respeito ao uso arbitrário e discricionário da força e do poder pessoal, coletivo ou institucional, de modo a violar a dignidade humana. A violência é o uso da força e do poder com a finalidade de ferir e causar danos físicos, psicológicos, morais e de dominação sobre suas vítimas, tolhendo-lhes a liberdade e impossibilitando a igualdade de escolha sobre suas vidas pessoais e sobre o meio social, cultural e político em que vivem. Pode ser definida como um conjunto de ações ou palavras que atingem as pessoas fisicamente ou moralmente. Pode assumir distintas formas: física, psicológica, moral, sexual, entre outras. Tais formas frequentemente entrelaçam-se de modo indissociável, uma vez que sempre incidem sobre a integridade da dignidade da pessoa humana, que está tanto em seu corpo físico quanto em sua mente, consciência e afetividade social, cultural, familiar e íntima⁴². A violência física é marcada pelo uso da força com o objetivo de causar dano ao corpo da vítima, podendo inclusive, deixar sequelas pelo resto de suas vidas. Entretanto, a violência psicológica é caracterizada por ações de rejeição, depreciação, humilhação, discriminação e desrespeito. Já a violência moral, pode ser compreendida como a agressão psicológica que visa ferir a idoneidade da pessoa, no uso de acusações falsas, xingamentos, insultos, agressões verbais, difamação e injúria⁴³.

A violência sexual, de acordo com a Organização Mundial da Saúde:

Compreende quaisquer atos sexuais ou tentativas de realizar um ato sexual, comentários ou investidas sexuais não consentidas, atos para comercializar ou de outra forma controlar a sexualidade de uma pessoa através do uso da coerção, realizados por qualquer pessoa, independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer ambiente, incluindo, sem estar limitados, a residência e o trabalho⁴⁴.

(ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL – OMS, 2018)

⁴² Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. v.1, part. 3, p. 418. 2014.

⁴³ Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. v.1, part. 3, p. 417-418. 2014.

⁴⁴ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80616-oms-aborda-consequencias-da-violencia-sexual-para-saude-das-mulheres>. Acesso: 02 dez 2023.

Assim, a violência sexual abrange toda ação praticada em contexto de relação de poder, quando o abusador obriga outra pessoa à prática sexual ou sexualizada contra a sua vontade, por meio da força física, de influência psicológica ou do uso de armas e drogas. Por violação sexual entenda-se penetração de natureza sexual, não consentida, do corpo da vítima por órgão sexual, membro ou objeto utilizado pelo violador, com o uso de força ou mediante ameaça de coerção. O estupro é, portanto, apenas uma das formas possíveis de violação sexual que essas mulheres sofreram nas mãos do estado. Além da penetração vaginal, anal e oral, também constituem violência sexual golpes nos seios; golpes no estômago para provocar aborto ou afetar a capacidade reprodutiva; introdução de objetos e/ou animais na vagina, pênis e/ou ânus; choque elétrico nos genitais; sexo oral; atos físicos humilhantes; andar ou desfilhar nu ou seminua diante de espectadores; realizar tarefas nu ou seminua; maus-tratos verbais e xingamentos de cunho sexual; obrigar as pessoas a permanecer nuas ou seminuas e expô-las a amigos, familiares ou estranhos; ausência de intimidade ou privacidade no uso de banheiros; negar às mulheres artigos de higiene, especialmente durante o período menstrual; e ameaças de violação sexual⁴⁵. Cabe salientar que os crimes sexuais não se limitam à violência física, podendo, inclusive, não envolver contato corporal, como é o caso da nudez forçada.

De acordo com o Estatuto de Roma, agressão sexual, escravidão sexual, prostituição, gravidez e esterilização forçadas ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável constituem crimes contra a humanidade⁴⁶. Por escravidão entende-se o exercício de poder que dá direito à propriedade sobre outra pessoa, em particular mulheres e crianças. Os crimes e violações de gênero, por sua vez, são aqueles cometidos contra homens e mulheres, por suas construções sociais, sexualidade ou identidade.

A tortura, principalmente ao constituir violência sexual praticada e permitida por agentes do Estado, com a intenção de obter informação, castigar, intimidar, humilhar ou discriminar a vítima ou terceira pessoa, transgredir preceitos inerentes à condição humana, ao identificar posse de outro indivíduo e desrespeitar a noção de que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, a normativa e a jurisprudência internacionais consideram que a violência sexual representa violação de direitos humanos e integra a categoria de “crimes

⁴⁵ Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. v.1, part. 3, p. 419-420. 2014.

⁴⁶ ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, Preâmbulo. Roma. 16 Jul de 1998, Crimes contra a humanidade. art. 7º. Pdf. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/estatuto_roma_tribunal_penal_internacional.pdf. Acesso: 02 dez 2022.

contra a humanidade”. A Corte Interamericana de Direitos Humanos⁴⁷ já decidiu que uma violação sexual pode constituir tortura mesmo quando consista em um só fato ou ocorra fora de instalações estatais, inclusive no domicílio da vítima, desde que presentes os requisitos previstos na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura: intencionalidade; gravidade do sofrimento; e finalidade do ato⁴⁸. Quando praticada no quadro de um ataque generalizado ou sistemático contra a população civil, essa grave violação de direitos humanos adquire a qualidade de crime contra a humanidade, conforme o artigo 7º, g, do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, incorporado à legislação nacional pelo Decreto no 4.388/2002.

O compromisso da CNV foi focado na investigação de “grave violações de direitos humanos”, concepção originada pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos definida a partir do Estatuto de Roma (1998) que pode ser definida e entendida pelo “ataque sistemático ou generalizado contra a população civil”, dessa forma, para que essas violações configurem crime de lesa humanidade é necessário estar associado a:

homicídio; extermínio; escravidão; deportação ou transferência forçada; prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; tortura; agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável; perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero; desaparecimento forçado de pessoas; *apartheid*; ou outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental (PORTELLA, 2017, s/p)

Em definição à “discriminação contra a mulher”, o relatório adota em 1979, pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW⁴⁹ significa:

toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher,

⁴⁷ PIOVEZAN, Flávia. A proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres. EMERJ. Rio de Janeiro, RJ. v. 15. n. 57. 2012.

⁴⁸ Corte IDH, Caso Fernández Ortega e outros vs. México. Sentença de 30/8/2010, parágrafo 128; Caso Rosendo Cantú e outra vs. México. Sentença de 31/8/2010, parágrafo 110.

⁴⁹ Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18/12/1979 e entrou em vigor em 3/9/1981. Assinada pelo Brasil, com reservas, em 31/3/1981; ratificada, com reservas, em 1o/2/1984, entrou em vigor no país em 2/3/1984. Em 22/6/1994 foi ratificada, sem reservas. Seu texto foi publicado no Diário do Congresso Nacional em 23/6/1994.

independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER. pt, 01, art. 1º, 1979).

De acordo com os levantamentos feitos pela CNV, foi constatado que violência sexual constitui prática disseminada no período, se tratando de uma violência estruturada pela hierarquia de gênero e sexualidade que busca anular a dignidade dos indivíduos violados. Tal violência atinge de forma diversa mulheres e homens⁵⁰. Submissão, fraqueza, dependência, emoção, castidade, pudor, honra feminina, manutenção de valores e tradições familiares são alguns exemplos desses estereótipos associados à mulher “de família”, seguidora de padrões socioculturais. Por outro lado, associam-se ao homem concepções como agressividade, força, potência sexual, capacidade de prover, racionalidade, honra masculina etc. Dessa forma, é possível determinar que as ações individualizadas se remetem aos papéis que essas vítimas deveriam estar exercendo dentro do papel social. A violência sexual relatada por sobreviventes da ditadura militar constitui abuso de poder e dominação total, sendo a feminilidade e a masculinidade utilizadas para execução da violência, rompendo os limites da dignidade humana.

De passagem, antes que me esqueça, é necessário assinalar a tara sexual do pessoal do DOI. Preocupação doentia a respeito do comportamento sexual dos presos; saber com quem mantinham relações sexuais; comentários constantes sobre órgãos sexuais dos torturados, especialmente das mulheres; xingamentos e insultos escatológicos aos presos. [...] certos tipos de torturas, como enfiar cabo de vassoura no ânus ou na vagina e choques elétricos nos órgãos sexuais, são de sua preferência porque isso satisfaz sua tara. Ao mesmo tempo, se esmeram em grifar, para os torturados, que, em virtude das torturas nos órgãos genitais, ficariam inibidos sexualmente. Sua predileção, no contar piadas, é com as mais grosseiramente ligadas com sexo. (COELHO, Marco Antônio Tavares. “Memórias de um comunista”. In: Estudos Avançados 13 (37). 1999, p. 56.)

Muitas vítimas fatais da ditadura foram submetidas à violência sexual antes de desaparecer ou de serem assassinadas. Os registros da prática de violência sexual por agentes públicos indicam que ela ocorria de forma disseminada em praticamente toda a estrutura repressiva. São citados DEIC, DOI-CODI, DOPS, Base Aérea do Galeão, batalhões da Polícia do Exército,

⁵⁰ Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. v.1, part. 3, p. 400. 2014.

Casa da Morte (Petrópolis), Cenimar, CISA, delegacias de polícia, Oban, hospitais militares, presídios e quartéis. O desnudamento forçado era regra: acontecia em praticamente todas as ocasiões que um perseguido político ingressava em um órgão da estrutura da repressão⁵¹. “A ditadura aliou o ódio aos opositoristas ao ódio às mulheres.” (TELES, 2015, p. 507). Para as nossas narradoras, o ato de lembrar e verbalizar essas lembranças é, também, ensinar e alertar a sociedade para uma história inconclusa das mulheres na ditadura militar. As suas experiências fundamentam não só o conhecimento, mas a análise que compreendemos na construção de conhecimentos sobre o período ditatorial no processo de resistência empreendido pelas guerrilheiras, na construção de suas identidades e participantes reais de uma mudança política e social da vida das que virão no exercício e compreensão de seus papéis dentro da sociedade.

⁵¹ Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. v.1, part. 3, p. 421. 2014

CAPÍTULO II – “O problema é ser de esquerda ou ser mulher, Dr.?”

O golpe militar concretizou-se a partir das tropas do Exército que saíram de Juiz de Fora (MG), na madrugada do dia 31 de março de 1964, rumo ao Rio de Janeiro sob o comando do General Olímpio Mourão. A imprensa e a igreja foram utilizadas como ferramenta favorável ao regime, facilitando a formação da opinião pública conservadora, com críticas às reformas de base propostas pelo plano de governo do presidente legitimamente eleito, João Goulart.

O padre Patrick Peyton⁵² pregava a ordem “família que reza unida, permanece unida”. A utilização de imagens gráficas para fins de propaganda política constituiu um recurso bastante eficaz (principalmente levando em consideração os altos índices de analfabetismo vigente no país), relacionando o comunismo à figura do demônio⁵³.

A imprensa ficava por conta do trabalho sujo, em especial, as mulheres eram sempre descritas com características pejorativas, seus nomes nunca eram revelados, mas se fazia comum denomina-las como “puta comunista⁵⁴”. Alguns trabalhos sobre a propaganda política ditatorial revelam a busca da preservação da moral e dos bons costumes para a transformação do país, que, de acordo com os militares, estaria em situação de decadência.

A “união”, “solidariedade” e “amor”, pregados por peças publicitárias ditatoriais, vinham da convivência pacífica e feliz do núcleo familiar em que pais, mães e filhos estavam convencidos da necessidade de colaborar com as mudanças, unidos em torno dos “ideais certos”⁵⁵. À família cabia valorizar e compreender a dinâmica de gerações que preservam esses valores, como esfera privilegiada da educação cívica, estímulo à “obediência” e ao “respeito”, à “verdade”, à “lealdade”, à “honestidade” e ao “sentimento de dever”. Esse pensamento seria reforçado pelo ensino obrigatório em escolas, a partir de 1969, da disciplina de Educação Moral e Cívica. O modelo de socialização da disciplina era educar crianças e jovens os valores e universo moral reforçando comportamentos e deveres dignos de homens, de mulheres e da família⁵⁶, tendo como objetivo a construção da família de “comercial de margarina”.

⁵² Era um padre católico irlandês, pároco de Hollywood e fundador da Cruzada do Rosário em Família. A sua visita ao Brasil, em 1963, teve um sentido de pregação anticomunista e contou com o apoio da CIA, o que contribuiu diretamente para o golpe no ano seguinte. Disponível em: < <https://jornalgnn.com.br/politica/a-relacao-de-patrick-peyton-com-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 13 fev 2023.

⁵³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. 89.

⁵⁴ COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar ao Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, cap. IV, p. 91-113.

⁵⁵ FICO, Carlos. Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1993.

⁵⁶ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação, Moral e Cívica na Ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Coluhbe– Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v.1, 2006, p. 3375-3385.

O processo de modernização da sociedade brasileira, intensificado nos anos 1960 e 1970 trouxe consequências diretas para a chamada família tradicional, desestabilizada nos vínculos entre seus integrantes e grupos de referência. A entrada maciça de mulheres de classe média, no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, desestabilizaram as ideias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento⁵⁷. Nesse aspecto, era comum a tentativa de desqualificar pessoas sob acusação de “desvio moral”⁵⁸.

Dessa forma, grupos de direita com o apoio da Igreja, empresários e latifundiários financiados pelos Estados Unidos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), mobilizou mulheres para serem usadas como base social dos golpistas. Forjou-se uma ameaça de caos e com “forte apoio popular” foram instituídas a “Marcha com Deus pela Família e pela Liberdade”, em Minas Gerais e São Paulo, ocorridas em 19 de março de 1964, antes do golpe. No Rio de Janeiro, essa mesma marcha recebeu outro nome, a “Marcha da Vitória”, realizada dia 02 de abril do mesmo ano, depois do golpe militar⁵⁹.

Convencidas de que esse deveria ser o certo a ser feito e utilizadas como ferramenta política, entidades foram criadas por mulheres, como a União Cívica Feminina, em São Paulo; a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), no Rio de Janeiro; e a Liga da Mulher pela Democracia (LIMDE), em Belo Horizonte. As mulheres que organizam as massas femininas eram fervorosas católicas de classe média, brancas em sua maioria, donas de casa, esposas de militares e de empresários. A banalização política do apoio das mulheres era tão descabida que durante a “Marcha com Deus pela Família pela Liberdade⁶⁰”, com rosários nas mãos, viam-se cartazes com os dizeres: “Verde e Amarelo, fora foice e martelo!⁶¹” e “O Brasil não será uma

⁵⁷ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 17-22 jul. 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Nacional de História, 2011, p. 05.

⁵⁸ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p. 180.

⁵⁹ TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. (Org.) RIDH: Bauru, SP, v.2, n.2, p. 10, 2014.

⁶⁰ Imagem da manifestação: <https://riomemorias.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Legitimacao-popular-golpe-1964-1-1536x978.jpg>. Acesso em: 04 jan 2022.

⁶¹ Imagem disponível em: <https://historiativanet.files.wordpress.com/2011/11/marcha-da-familia.jpg?w=500>. Acesso: 04 jan 2022.

nova Cuba⁶²”. A família era a instituição fundamental de defesa e preservação ideológica contra o comunismo.

Urgia, portanto, que as mulheres se organizassem em benefício da defesa de seus lares. E como este tipo de mobilização política tinha como objetivo final a preservação da ordem e dos tradicionais papéis reservados ao homem e à mulher numa estrutura de sociedade patriarcal, as esposas da CAMDE tiveram importante apoio dos maridos, o qual era fundamental tendo em vista que essas mulheres reconheciam, antes de tudo, o lugar ocupado por elas na família e na sociedade. Nesse sentido, não seria possível para as associadas da CAMDE saírem do espaço privado sem o aval dos maridos. Estes por sua vez, entendendo que aquele era um momento de exceção, “compreenderam e deixaram” que suas esposas se afastassem temporariamente dos afazeres domésticos e se engajar na defesa da família, da Pátria e da religião⁶³”. Cabe ressaltar a importância dos movimentos de mães, esposas e irmãs que protestavam contra a repressão a seus familiares. Um exemplo foi da “União das Mães contra a Violência”, em 1968. Estes, advindos dos setores liberais, não tinham como intuito uma luta radical contra a ditadura, mas a restauração de um “regime democrático”. (RIDENTI, 1990, p.122).

Segundo Motta, a participação dessas mulheres, através da criação de diversas entidades de caráter anticomunista por todo o país, foi decisiva nas mobilizações que levaram ao Golpe⁶⁴. Ao defenderem a ordem tradicional, a família, a religião e a propriedade, agiam publicamente com apelo à consciência de “pais e mães de família” e valores cristãos⁶⁵. Nesse sentido, ao utilizar a degradação moral, a sociedade tornou-se um campo fértil para a disseminação de suas ideias golpistas, tornando a ideologia comunista um risco para a preservação da moral e da estrutura familiar.

Além disso, é importante destacar também a atuação de mulheres dentro desse sistema repressivo, as mulheres torturadoras. Um exemplo, seria a tenente Neuza, uma das policiais que atuou no DOI-CODI, em São Paulo. Esclareceu que o que a motivava a executar o seu trabalho era a crença de estar defendendo sua pátria (GODOY, 2014, p.150). Em entrevista concedida ao jornalista Marcelo Godoy, nenhuma dessas mulheres integrantes do DOI fazia parte da equipe de busca ou interrogatórios. Estas, atuavam na vigilância, seguiam os militantes e perseguidos e se responsabilizavam por fazer fotografias dos suspeitos. Ao que se sabe, foi em

⁶² Imagem disponível em: <https://radiopeaobrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/03/marchadafamilia.jpg>. Acesso em: 04 jan 2022.

⁶³CORDEIRO, Janaina Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), In: Revista Gênero, v.8, p.175-208, 2009.

⁶⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002, p. 241.

⁶⁵ SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985, p.37-39.

São Paulo que teve início o trabalho repressivo com a atuação de policiais femininas. O DOI-CODI do Rio de Janeiro requisitou da polícia paulista algumas mulheres que atuavam no estado. Segundo a tenente Neuza, foram para o Rio cinco paulistas, que participaram de “todo o período duro da guerra”. (TELES, 2015, p. 517). De acordo com Neuza, o destino de mulheres atuantes em guerrilhas em indiscutivelmente, a morte ⁶⁶.

Apesar disso, uma parcela significativa de mulheres adentrou aos movimentos de luta política contra a ditadura militar, inclusive na luta armada. Estas, como resposta às suas insubordinações, recebem violência e repressão. Precisavam romper as barreiras criadas pelo patriarcado e a misoginia e impor que lugar de mulher era onde ela quisesse. Assim, passaram a ser enquadradas em duas categorias problemáticas e desviantes pelos conservadores: prostituta e comunista.

Até 1968, ainda era possível fazer a organização de atos e manifestações, entretanto, com a instauração do AI-5⁶⁷, em 13 de dezembro de 1968, foi institucionalizado o poder quase absoluto do Estado na supressão aos direitos e das liberdades individuais, praticamente legalizando a tortura, prisões e assassinatos de sujeitos que fossem contrários ao regime autoritário, sendo eles obrigados a irem para a clandestinidade ou procurar exílio. Não havia mais espaço para o debate. Nesse sentido a resistência armada foi um dos caminhos pelo qual a esquerda optou.

Apesar de pouco falado, as mulheres participavam ativamente de manifestações contra o golpe. Entretanto, dados estatísticos extraídos do Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) afirma que as mulheres tiveram uma parcela significativa de engajamento quanto a oposição ao regime militar no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970⁶⁸. Esse é um reflexo do progresso na liberação feminina, quando muitas mulheres tomaram partido de suas lutas políticas e passaram a

⁶⁶ GODOY, Marcelo. Confissões de uma torturadora do DOI-CODI. Relevoções tenebrosas da tenente Neuza, da equipe de Fleuri. Documentos Revelados. 09 mar 2022. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/confissoes-de-uma-torturadora-do-doi-codi-revelacoes-tenebrosas-da-tenente-neuza-da-equipe-de-fleuri/>. Acesso em: 06 fev 2023.

⁶⁷ O Ato Institucional n.º 5, baixado no dia 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva tinha como intuito a proibição de todas as manifestações públicas não autorizadas pela polícia e permitiu ao exército e à polícia prender todos os suspeitos de subversão, sendo estas prisões julgadas por tribunal militar, e não pela justiça comum, impedindo o direito civil ao *habeas corpus*. O ato em questão vigorou até dezembro de 1978. BRASIL, ATO INSTITUCIONAL Nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 13 fev 2023.

⁶⁸ RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, São Paulo. p. 114, 1990.

questionar seus lugares dentro da sociedade, um caráter “feminista” que só ganharia força nas décadas seguintes (1970, 1980 e 1990).

A sociedade tendia a afastar as mulheres da vida militar por seu estereótipo de “sexo frágil”. Nos anos 1970, o percentual de mulheres presentes nas organizações militarizadas da esquerda sobe para 21% (IBGE, 1970). Isso não quer dizer que todas essas mulheres representantes de movimentos estivessem em prol de uma única questão, ainda de acordo com o Projeto Brasil: Nunca Mais, 28 mulheres processadas por ligação com grupos em armas (8,3%) eram donas de casa. A maioria eram estudantes (32,2%), professoras (23%) ou pertencentes a outras profissões de formação superior (17,8%), totalizando 422 mulheres, (73%)⁶⁹. A maioria das presas e exiladas pertenciam a uma extração social mais pobre e eram incriminadas por serem mães, irmãs ou esposas de esquerdistas militantes (COSTA, 1980. p. 241). Ou seja, o simples fato de serem mulheres já as enquadrava como criminosas, seja por sua familiaridade com militantes ou simplesmente por estarem na hora e no local errados.

A luta pela conquista de espaços e contra a misoginia, também presente dentro dos movimentos de esquerda, era constante. Normalmente, surgiam tentativas de impedimento de enquadro dessas mulheres dentro dos campos de treinamento, por exemplo, quando cogitadas, ficavam em último, pois “mulheres menstruam, têm problemas, têm certa dificuldade⁷⁰”. Na maioria das vezes, trabalhando “por trás dos panos”, eram direcionadas sem maestria para papéis coadjuvantes. Invisibilizadas, não eram encaradas como sujeitos políticos, sendo excluídas do jogo do poder, também foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período, pois não são consideradas sujeitos capazes de decisão política⁷¹. Algumas mulheres chegaram a ocupar cargos de direção, embora esporadicamente; as tarefas caseiras eram divididas, caíra o tabu da virgindade, questionava-se a monogamia, o discurso de igualdade entre os sexos existia. Essas militantes se sentiam na obrigação de reafirmação de seus papéis de importância dentro dos grupos de esquerda (RIDENTI, 1990, p.120). A visão das mulheres dentro das organizações de esquerda (e dos preconceitos percorridos) fica mais expressa nesse trecho de Reinaldo Guarany, intitulado “A fuga”:

As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida, com poucas exceções (K era uma mulher lindíssima, com seus cabelos morenos e aqueles olhos

⁶⁹ RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, São Paulo. p. 114, 1990.

⁷⁰ Depoimento dado por Arthur Scavone na 19ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no dia 12 de março de 2013, sobre os casos de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado.

⁷¹ COLLING, A. M.; ALBUQUERQUE CAVALCANTI JUNIOR, A. Militantes e guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. Revista Espacialidades, [S. l.], v. 15, n. 01, p. 50, 2019.

verdes. Isolde com charme pra sociólogo nenhum botar defeito. Sonia Lafoz digna de ter sua foto em banheiro de porta-aviões, Carmela Pezuti de deixar Balzac de mão no bolso, e outras) elas em geral se dividiram da seguinte maneira: quanto mais barra-pesada fosse uma organização (ALN e VPR), mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram (por exemplo, AP, Polop, etc.). Portanto, o panorama dentro da ALN era negro: poucas mulheres, todas de sandálias de nordestino e saias de freira. E o que era pior: antes da trepadinha, uma lindinha nos documentos do Mariga, depois da dita cuja, um belo discurso de Fidel. Haja estômago! Na VPR o quadro era bem parecido, mas, não sei por quê, as mulheres usavam mini-saias mais curtinhas. O MR-8 (a eterna Dissidência Estudantil) primava pela mistura, como sempre primou, ora querendo atacar de vez, entrando de cheio no militarismo e aí então espantando as bonitinhas, ora fazendo pose de intelectual salvador do proletariado. Nesses momentos, as gatinhas retornavam às suas fileiras, bem queimadas de sol. Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo (Guarany, 1984, p.31).

Quando aparecem nos documentos é porque são esposas, filhas e amantes de homens procurados. Vista como um desvio de mulher, é aquela que rompe com os padrões tradicionais e que está na militância por outros motivos que não a política. É sempre aquela que não foi bem educada pela família ou mal-amada. (COLLING, 1992, p.96). Ela é imoral, é aquela que abandona suas obrigações como mulher para se dedicar à luta política. Se uma mulher estava na luta, era para conseguir homem ou por não ser mulher. Nesse sentido, ao que parece, o intuito era a descaracterização da mulher a todo custo por meio de humilhação, seja ela física ou psicológica.

Essas mulheres romperam os códigos de conduta impostos pela sociedade ao adentrarem e se apropriarem de espaços antes voltados apenas para homens, como guerrilheiras. Para analisar a participação das mulheres na resistência contra a ditadura, é imprescindível o uso de história oral com fontes utilizadas graças ao trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Natália Zemon Davis salienta “a maior parte do que conhecemos nos é transmitida por homens, e em trabalhos literários, textos normativos, tratados morais e expressões artísticas, ou as mulheres estão completamente ausentes, ou são encontradas dentro do discurso de homens sobre mulheres” (Davis, 1976 *apud* Salvatici, 2005, p.30). Essas mulheres assumem a dominação masculina, tentando camuflar sua sexualidade numa categoria “sem sexo”

militante política. Na medida em que foram se constituindo como sujeitos políticos, elaboram um discurso sobre si mesmas, nomeando o que significa o feminino e as relações que se estabelecem numa situação de opressão, era sem dúvidas, mais uma forma de imposição de seus lugares.

Além de pegarem em armas e participarem de treinamentos considerados exaustivos, elas adotaram a liberdade sexual como um direito, atitudes que somadas a tantas outras produziam nelas uma aparente sensação de igualdade (BARROSO, 2021, p. 565). Dentro dos movimentos de esquerda, eram estabelecidos processos de categorização na diferenciação do grupo, “coisa de mulher” e “coisa de homem”. Baseadas em relações de gênero, vigiar e não despertar suspeitas era “coisa de mulher”. Segundo Souza (2004), esse processo de instituição de categorias sociais específicas é historicamente construído⁷². Ao se utilizarem os jogos de gênero, as mulheres construíram táticas nas quais fizeram uso do imaginário social instituído sobre o lugar da mulher para se apropriarem do espaço público como sujeitos políticos.

A ditadura militar se colocava como o poder único, supremo, voltar-se contra suas condições era uma heresia e merecia uma medida punitiva. Ainda assim, quando o questionamento advinha de um sujeito masculino, havia mais aceitação, pois o código masculino pressupõe competição e rivalidade. Por outro lado, quando este questionamento vem de uma mulher, aí já seria inaceitável. Isso porque, por ser historicamente excluída e subordinada a uma área pessoal e privada. Sendo assim, a militante é um desvio de mulher e não poderia ser digna de respeito. (COLLING, 1992, p. 101).

Assim, quando essas mulheres adentram em organizações de esquerda, pelo imaginário, teria que ter um motivo terciário, ela estaria atrás de atenção ou algum homem a teria colocado naquela posição, pois seriam influenciáveis por mentes perversas do comunismo. Esse comportamento é visível quando, ao ser identificada, a preocupação dos militares não estaria ligada, inicialmente, a qual organização política que a militante se enquadrava, mas sim quem seriam seus companheiros, seus pais ou seus amantes⁷³. Assim, tudo girava em torno da figura masculina e de sua superioridade.

⁷² SOUZA, L. Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In: TRINDADE, Z.A.; SOUZA, L. (ends.). Violência e exclusão: convivendo com paradoxos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 57-74.

⁷³ COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar ao Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, cap. IV, p. 99.

Segundo Sarti⁷⁴ (2004), a militância política naquela época, embora tenha contribuído para a emancipação feminina, não formulava uma proposta feminista⁷⁵; ao contrário, para se encaixarem na luta armada, muitas militantes tomaram para si comportamentos considerados próprios do universo masculino. Porém, esse pensamento voltado para a subversividade das mulheres cai em desuso quando mulheres religiosas começam a ser detidas. Elas não possuíam companheiros, maridos, e têm atrás de si, protegendo-as, um poder maior, a Igreja⁷⁶. Entretanto, a influência moral da Igreja não foi suficiente para impedir que uma freira fosse vítima de violência sexual. Áurea Moretti Pires relata em seu depoimento à CNV o caso de Irmã Maurina, diretora do orfanato Lar Santana em Ribeirão Preto, São Paulo e companheira de cela:

Eu penso na irmã Maurina. Porque aquele militar era um ser imundo, imundo, sabe. Não tanto fisicamente, mas espiritualmente, no deboche, em tudo, no descaso. [...] A maioria deles ia ao Lar Santana nas missas e conhecia a irmã Maurina. Então eles ficavam assim. Ele agarrava ela, mas à tardezinha, à noite, quando todo mundo tinha ido embora, entendeu? Ele ia na cela e tirava ela. E aí, uns meninos que estavam de plantão, um olhava pro outro, é agora mesmo. Eles entravam na cela, abriam a porta. Até comigo e a Nanci Marieto, uma vez, atrapalhando tudo. [...] Assim, um cara agarrando a irmã Maurina, beijando ela, passando a mão no seio, no que ele queria, e eu a Nanci armando confusão. Eu falando: “[...] ô cara você tá louco, quem mais que você vai prender, pô?! A menina não tem nada a ver com isso”, assim, eu tentando então proteger a irmã. [...] só que teve um momento que levaram a Nanci e me levaram de volta pra sala da banda. E foi a noite que a irmã Maurina demorou muito pra chegar. Muito machucada. Com a roupa dela não dava pra ver, sabe, mas este machucado é uma coisa muito triste, sabe, naquilo que mais dói numa mulher, que é ser violentada. Não é só a penetração do pênis na vagina. A violência sexual, ela envolve um monte de coisa. Veio de madrugada, chorando, chorando. Estavam a Lázara, a Leila e eu. Nós não perguntamos em respeito a ela. Se teve realmente foi aquela noite. [...] E é importante eu contar isto, porque, mais uns dois dias nós fomos isoladas em Cravinhos no Cadeião, porque o sem-vergonha, quando soltaram a Lázara, porque viu que não era nada, soltaram a Lázara, ele segurou ela de todo modo, para ele levar ela em casa. E levou. E parou no meio do caminho e agarrou ela para ter relação. Mas como ele estava bastante drogado e bêbado, ela meteu o pé na porta e correu. O burro chega no

⁷⁴ SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 1, n. 22, p. 37, 2004.

⁷⁵ A referência ao termo “feminista” só viria a ser discutido com mais fervor nas décadas subsequentes (1970, 1980 e 1990), quando essas mulheres passaram a questionar seus locais dentro da sociedade. Isso se dá pela “Segunda Onda do Feminismo” que estava em ocorrência nos Estados Unidos e na Europa. PEDRO, Joana Maria; SCHEIBE, Cristina Wolff. As dores e as delícias de lembrar a ditadura militar no Brasil: uma questão de gênero. História Unisinos. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. v. 15. n. 3, setembro-dezembro, 2011. p. 400.

⁷⁶SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 1, n. 22, p. 37. 2004.

quartel falando que ele tinha conseguido. Você sabe que naquele tempo era uma glória para o homem. Era uma glória para o homem. O estupro, qualquer coisa. (Arquivo CNV, 00092.002078/2014-91.)

A repressão, ao combater as mulheres de esquerda, as tratou com requintes de crueldade e os torturadores faziam questão de afirmar que os interrogatórios eram feitos sob “rigorosa metodologia científica⁷⁷”, pois ali, naquele ambiente, “só morre quem a gente quer”⁷⁸. Nas torturas, a violência sexual é constante, como a prática de estupro, desnudamento e abortamentos forçados. Em muitos casos, foram colocados fios elétricos na vagina e no ânus, além da utilização da “cadeira do dragão”, com choques elétricos na vagina, na barriga, nos seios e na cabeça. Algumas ainda tiveram seus bebês nas dependências do DOI-CODI’s e, até os dias atuais, não se sabe o destino dessas crianças. Outras, foram assassinadas ainda grávidas nas dependências oficiais⁷⁹. Essa liberdade dada aos agentes do Estado depois da institucionalização do AI-5, colocou em risco não somente os militantes, mas toda a população, pois todos os setores da sociedade passam a ser considerados culpados até que se prove o contrário. Mulheres guerrilheiras, mesmo depois de capturadas e sem chances de resistência eram executadas, pois as forças opressoras se sentiam desmoralizadas (TELES, 2015, p. 514).

2.1 – *A produção de violências e seus enigmas históricos.*

No decorrer das décadas, a sociedade vem sofrendo mudanças e uma muito importante que se destaca é o papel da mulher, antes coadjuvante, apagada pela figura do homem, como objeto a ser protegido e fragilizado. Atualmente, essas mulheres estão sendo capazes de assumir seu protagonismo dentro da sociedade, mesmo tendo (e ainda sendo reféns) de um passado marcado por limitações e autoritarismos. No aspecto sócio cultural, desde muito novas as mulheres são ensinadas a obedecer, sendo vitimadas por várias formas de violências naturalizadas. Violências essas que tendem a começar dentro de casa, local onde se deveria ser berço de acolhimento e respeito, são geralmente protagonizados por figuras masculinas que a cercam, refletindo e fortalecendo vivências sexistas e misóginas. Dentre essas formas, destacamos: a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral, que refletem relações de poder historicamente desiguais que sedimentam as bases da dominação e da submissão.

⁷⁷ Notas da autora Maria Amélia de Almeida Teles, que ouviu essas declarações dos torturadores Alemão, Lourival Gaeta e Aparecido Laertes Callandra (Capitão Ubirajara), no DOI-CODI de SP em 1972 e 1973. TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. Seção temática Rev. Estud. Fem. 23 (3). Set-Dec 2015, p. 1013.

⁷⁸ **Idem.**

⁷⁹ MITCHEL, Juliet. A Situação das mulheres nos tempos da ditadura: A revolução das mulheres é a mais longa. (Org.) p. 14.

Diante desse cenário, é importante ressaltar a sobrecarga da mulher referente à divisão social e sexual, no trabalho predomina uma dupla jornada com a domesticidade, sendo ela dividida entre o cuidado dos filhos, responsabilização de certas incumbências ou funções. Com isso, recai em seus ombros, como consequência, menos tempo livre e limitações dentro da participação política. Mesmo com todas as mudanças que ocorreram nas últimas décadas, as mulheres continuam dedicando mais tempo às tarefas domésticas, mantidas as remunerações inferiores às dos homens, pelo trabalho desempenhado fora de casa, ainda sofrem com a injustiça dessa divisão e a indiferença masculina pelo trabalho doméstico e os cuidados das crianças.

A divisão sexual do trabalho tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher”) (KERGOAT, 2009, p. 68).

O estereótipo que prevalecia da mulher era o de submissão, sem qualquer liberdade de expressão, obrigadas a seguir um modelo padrão até mesmo na forma de se vestir, que as distinguiam entre mulheres “honradas” e “não honradas”. Não havia liberdade sexual, a virgindade era de base fundamental para qualificar ou não a mulher como digna para um compromisso matrimonial. Além disso, havia locais que eram próprios e outros impróprios para a presença da mulher e, em muitos casos suas saídas só eram bem aceitas se estivessem em boa companhia (masculina) (LOUREIRO, 2012). A obediência ao companheiro era ensinada das mães para suas filhas passando de geração para geração, como peça fundamental para se conservar o casamento. Só aos homens era permitida uma formação acadêmica ou profissão, o que é uma desigualdade resumida como meio de rebaixar a capacidade intelectual feminina, aproveitando a cultura e comportamentos machistas como parte de práticas de violência de gênero (WAISELFISZ, 2015).

A submissão é uma característica historicamente construída, é destrutível para consciência feminina. Mulheres tendem a ser julgadas em todos os âmbitos: sociais ou privados. Consideradas pela Igreja como pecadoras, pela sociedade como devedoras de obediência a uma figura masculinizada, definidas como o “sexo frágil”, sem autonomia diante de seus corpos e proibida ou subjugada por ter prazer no ato sexual. Uma sociedade voltada totalmente para um sistema opressor e limitador da consciência e do direito à liberdade que procura moldar o

comportamento feminino. Este ódio e repulsa as mulheres têm origens antigas, um bom exemplo, é a história de Adão e Eva no livro de Gênesis, o qual coloca a mulher como introdutora do pecado no mundo, pois convence o homem a pecar.

E conclui que tal estado de anuência é devido ao poder de compreensão das coisas que São Tomás de Aquino diz ser por natureza mais forte no sexo masculino, e que é bom que a mulher tenha saído e seja do homem, a fim de se garantir amor entre os cônjuges e de se estabelecer uma vida no lar. São Tomás de Aquino, citando Aristóteles, diz que em casa o homem e a mulher devem trabalhar juntos em certas coisas, mas o homem deve ser a cabeça da mulher. Desse modo, a mulher foi acertadamente formada do homem, origem e chefe dela. (ARISTÓTELES apud FONSECA, 2018, p. 07).

No decorrer da história temos diversas visões pejorativas acerca das mulheres como seres fracos, maldosos, pecadoras, bruxas...

O filósofo grego Aristóteles em sua obra *Generation of Animals*, traz a mulher como uma figura fraca. Segundo o filósofo, o sêmen masculino, seria uma espécie de resíduo nutricional de grande potência, que é obtido graças a uma especial preparação calorífica que é mais intensa no corpo do macho. Em contrapartida, do resíduo feminino, menos preparado, expelido do corpo feminino em maior quantidade fluídica, como sangue, de valor potencial mais fraco por causa da menor quantidade de calor que ele diz ser produzido nas fêmeas. E conclui visionariamente misógino que o que na natureza é menos calórico é mais fraco, e a fêmea corresponde a esta descrição. (FONSECA, 2018, p. 7).

Na obra de *Malleus Maleficarum*, autor de *O martelo das feiticeiras*, é reforçada as teorias misóginas produzidas ao longo da história e defende a tese de que as mulheres estavam diretamente ligadas ao “crime” da bruxaria. A obra, feita em conjunto com autores cristãos e pagãos, enuncia todos os possíveis vícios e defeitos das mulheres: patrocinadoras do pecado no mundo; donas de uma sexualidade desenfreada; fracas e débeis por natureza e, por conseguinte, mais suscetíveis aos propósitos de Satã⁸⁰. O tema da suposta inclinação natural feminina para os comportamentos desviantes fazia parte do programa educacional de padres e religiosos das mais variadas ordens. Os médicos também reafirmaram em seus escritos a inferioridade física e moral das mulheres, assim como os juristas deram sua contribuição para reforçar a

⁸⁰ KRAMER, H.; SPRENGER, J. *Melleus maleficarum*. O martelo das bruxas. Tradução de Alexander Freak. 2007.

inferioridade estrutural do sexo feminino, utilizando como sustentação teórica as leis do direito romano⁸¹.

Simone Beauvoir, argumenta que, desde as primeiras organizações sociais humanas, já é possível detectar a divisão social do trabalho entre homens e mulheres, nas funções produtivas e reprodutivas, é um dos fatores que corroboram para o processo de subordinação da mulher em detrimento do homem, uma vez que no processo de divisão social do trabalho e das funções cabia aos homens, como principal atividade, o trabalho produtivo, isto é, a caça, a pesca, etc. ou seja, trabalhos considerados mais pesados por dependerem de uma força física específica a qual excluía as mulheres por serem, desde o princípio, consideradas delicadas. E, por outro lado, tocava às mulheres o trabalho doméstico que, além de distanciá-la do trabalho produtivo, conduzia-a ao distanciamento das atuações públicas. Priore (2013) afirma que foram necessários mais de 200 anos para que as mulheres conquistassem direitos que permitem a livre expressão e o exercício da cidadania.

O século XXI será das mulheres! Quem avisa são os filósofos. De fato, elas estão em toda a parte, cada vez mais visíveis e atuantes. Saíram de casa, ganharam a rua e a vida. Hoje trabalham, sustentam a família, vêm e vão, cuidam da alma e do corpo, ganham e gastam, amam e odeiam. Quebraram tabus e tradições. Não é pouco para quem há cinquenta anos só tinha um objetivo na vida: casar e ter filhos. Ser feliz? Ao arrumar uma aliança no dedo, a felicidade vinha junto (PRIORE, 2013, p.5)

O sociólogo Pierre Bourdieu (1930 – 2002), em *A dominação masculina*, afirma que a tal dominação não é biológica, mas uma construção arbitrária do biológico que fundamenta as divisões sexuais. A escola, família, igreja e o estado estão intimamente ligados a essas definições e separações.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no próprio lar, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais, é a estrutura do tempo, as atividades do dia, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculino, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2014, p. 22-24).

Dessa forma, seguindo uma tradição de uma cultura machista, o homem domina a religião, a política, os pensamentos sociais, culturais e artísticos. A cultura feminina do passado,

⁸¹ BARROS, A.M.D.B, ALVES, L.P. LIMA, R. N.A. Misoginia e a proteção jurídica. Anais do II Congresso de pós-graduação UBM. v.1.n. n02. p. 03, 2022.

então, inferior, levou as mulheres apenas à relação doméstica e de submissão tanto no âmbito familiar quanto o social. Sem a oportunidade de ser ouvida e de participar de decisões importantes, até mesmo com relação ao seu próprio corpo. A subordinação ao contexto dos homens através da violência ou por questões ideológicas impregnadas e transmitidas por meio de um discurso machista fez com que o espaço determinado as mulheres ficassem sufocadas por regras pré-determinadas pelo um segmento da sociedade conservadora. (AZEVEDO, 2019, p. 07)

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham em presença, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se, pois, que o homem tenha tido vontade de dominar mulher. Mas que privilégio permitiu essa vontade? (BEAUVOIR, 1970, p.81).

Não podemos pensar na condição feminina sem dar nome para o sistema pelo qual são dominadas e exploradas: o patriarcado. Saffioti (1992, p. 232), define patriarcado como: “um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres”. Sua atuação está no sentido de determinar os papéis e comportamentos que se espera de homens e mulheres. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado (SAFIOTTI, 2015, p. 54). Ele não está ligado somente com a relação privada, mas também com a civil. De acordo com Johnson (1997), há um contrato social intrínseco na construção do patriarcado, este dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, objetificando-as.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal —é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar

as mulheres para si próprias. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história de contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido de patriarcal isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres_, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de 'lei do direito sexual masculino'. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno”⁸². (JOHNSON, 1997.)

Em primeiro lugar, devemos pressupor que as masculinidades são socialmente construídas. Essas masculinidades podem variar de acordo com a cultura, período de tempo, conjunto de outras variáveis e no decorrer da vida. As masculinidades são construídas em dois campos de relação de poder: nas relações de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações de homens com outros homens (raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc.). Assim, dois dos elementos construtivos na construção social de masculinidades são o sexismo e a homofobia⁸³. Não podemos, assim, falar de masculinidade como se fosse uma constante universal, mas um conjunto de comportamentos fluídos⁸⁴ e normalmente torna-se mais visível àqueles que são mais afetados pela sua violência. Aqui as palavras de mais um clássico canônico, de Georg Simmel em *A Filosofia da Cultura* (1911):

A posição de poder dos homens não apenas assegura sua relativa superioridade sobre a mulher, mas assegura um padrão e este padrão torna-se generalizado como o padrão genericamente humano que deve governar igualmente o comportamento de homens e de mulheres. Se alguém percebe grosseiramente as relações entre os sexos como a relação entre senhor e escravos, então se dará conta que é privilégio dos senhores não ter que pensar continuamente sobre o fato de que são senhores. Ao contrário, a posição do escravo é tal que nunca o deixa esquecer isto. Não há dúvida nenhuma de que a mulher muito mais raramente perde o sentido do que ser mulher significa do que o homem a respeito do que é ser homem. (SIMMEL, 1911 *apud* KIMMEL, 1998. p. 116)

O patriarcado, enquanto uma estrutura social, proporcionou o enraizamento de uma lógica de poder que garante a dominação masculina e coloca as mulheres em condição de subalternidade. O homem é educado para ser o provedor, ocupar posto de comando e transitar

⁸² JOHNSON, Allan G. *The Gender Knot - Unraveling our Patriarchal Legacy*. Filadélfia, **Temple University Press**. 1997.

⁸³ KIMMEL, M.S. A Produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. trad. LEAL, Andréa Fachel Leal. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS. ano 4, n.9, p. 105, Out 1998.

⁸⁴ KIMMEL, M.S. A Produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. trad. LEAL, Andréa Fachel Leal. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS. ano 4, n.9, p. 106, Out 1998.

livremente na esfera pública, enquanto às mulheres é reservado o confinamento privado, ligada à esfera do cuidado dos filhos e afazeres domésticos.

Como consequência do sistema patriarcal, a misoginia _ apesar de seu significado remeter ao “ódio ou aversão às mulheres e meninas” _, também inclui indiscutivelmente a execução de violência física e psicológica, além de discriminação, humilhação, marginalização, depreciação e, claro, objetificação sexual. A misoginia e o machismo são como um relacionamento abusivo, pois este ódio às mulheres é um aspecto central do preconceito sexista, servindo como base para a opressão de mulheres em sociedades patriarcais, que colocam o sexo feminino em posições subordinadas e sem poder de decisão e cominando a atos propensos ao feminicídio⁸⁵. Portanto, o patriarcalismo é tomado como uma forma de organização social na qual as relações são transmitidas sob o seguinte prisma: as mulheres são subordinadas aos homens, garantindo assim a dominação masculina presente na sociedade (MATOS; PARADIS, 2014).

Scott argumenta que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade⁸⁶”. Ainda sobre sua definição, a autora continua “inclui as mulheres sem lhes nomear, e parece assim não constituir uma ameaça⁸⁷” e conclui “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder⁸⁸”, expressos em doutrinas religiosas, educativas, políticas ou jurídicas e que opõem de maneira binária e inequívoca as concepções e papéis de masculino e feminino. A teorização do gênero também tem para Joan Scott uma segunda premissa: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. (SCOTT, 1990, p.16).

Muitas relações de dominação da história, tendo como exemplo a Revolução Francesa, os regimes autoritários, as definições e conceitos de classe estão ancoradas e se constituem na categoria do gênero, com seu “contradiscurso feminino”, uma epistemologia feminista que elimina (ou deveria eliminar) a preocupação de fortalecimento da identidade mulher, ao contrário do que se visava inicialmente com um projeto alternativo de uma ciência feminista

⁸⁵ BARROS, A.M.D.B, ALVES, L.P. LIMA, R. N.A. Misoginia e a proteção jurídica. Anais do II Congresso de pós-graduação UBM. v.1.n. n02. p. 01. 2022.

⁸⁶ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. p. 05, 1990.

⁸⁷ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. p. 08, 1990.

⁸⁸ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. p. 14, 1990.

(RAGO, 1998, p. 28-29). O poder se exerce sobre o gênero como forma de domínio político e, por isso, suas relações são estreitamente codificadas e vigiadas⁸⁹.

O movimento feminista teve seu início durante o século XIX. Uma das maiores influências para o movimento foi a Revolução Francesa e as alterações sociais que começaram a acontecer nesta época. A partir das mudanças trazidas pela Revolução, as mulheres começaram a tomar consciência das desigualdades a que eram submetidas e passaram a questionar os modelos sociais (AZEVEDO, 2019, p. 03)

Neste mesmo período eclode na Inglaterra o Movimento *Women's Suffrage* (mulheres sufragistas) onde milhares de mulheres manifestavam-se pela garantia de seus direitos, em especial o direito ao voto. A conquista do sufrágio feminino vai acontecer em 1913 no Reino Unido, caracterizando todo esse período como a primeira onda do feminismo

Constituído fundamentalmente por mulheres anunciando a reivindicação de seus direitos e denunciando as desigualdades de classe, violência e etnia, mas principalmente de luta pela liberdade e respeito, consolidando o processo de construção de uma identidade feminina capaz de garantir a participação ativa da mulher na política e na sociedade (AZEVEDO, 2019, p.02). Emmeline Pankhurst foi um dos grandes nomes desse movimento, assim como a escritora Mary Wollstonecraft, que também defendeu em seus livros o direito de voto das mulheres (ALVES; ALVES, 2013, p. 115). Esse período ficou conhecido como a primeira onda do feminismo. É claro que, o modelo ideal de igualdade que essa luta prega está longe de ser concluída ainda nos tempos atuais

No início dos anos 60 o movimento feminista se pauta em uma teoria mais radicalizada, fazendo uma aversão à condição de exploração do sexo feminino e das questões reprodutoras. Isso se expressa na segunda onda que se caracterizou por uma fase de luta por direitos reprodutivos e discussões que envolvem a sexualidade (FRANCHINI, 2017).

O feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo (VERA SOARES, 1998, p. 33).

No Brasil, especificamente no período da ditadura militar, a atuação do movimento de mulheres deu visibilidade à violência praticada contra a mulher e, no processo de redemocratização do país, contribuiu para que fossem assegurados os direitos fundamentais das

⁸⁹ FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. Campinas, SP. p. 118. 2004.

mulheres na Constituição de 1988⁹⁰. A “Carta das Mulheres aos Constituintes” foi um documento com propostas redigidas durante o Encontro Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, ocorrido em 26 de agosto de 1986, encaminhada aos constituintes. Essa carta abordava diferentes eixos sociais, como família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais. Ao fim do documento, lia-se “constituente para valer tem que ter direitos das mulheres!”⁹¹

A interação entre o público e o privado foi fundamental para a criação dos Conselhos da Condição Feminina (1993 em São Paulo e 1994 em Minas Gerais) e, posteriormente, em vários estados e municípios. O passo seguinte foi a instalação das Delegacias de Defesa da Mulher (1985) que se difundiram pelo país. Seguindo-se do Conselho Nacional da Mulher (ministério), além das inúmeras ONG’s voltadas para o apoio de mulheres. (BLAY, 2014, p. 16)

Apesar da vitória política, as sequelas são permanentes, como nesse trecho do depoimento prestado à Raissa Ventura por Eliete Lisboa Martella (2014):

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – E em relação ao Estado, o que você acha que o Estado brasileiro hoje pode fazer em relação a esse passado?

Eliete Lisboa Martella – Aí, fica difícil, não? Porque não é só a indenização, né? Teria que mudar todo um conceito de polícia, sei lá. Porque o que a gente lutava era que isso, o militar já era formado para ser filho da puta, ele não era formado para...

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – A formação dos militares...

Eliete Lisboa Martella – É, não era uma formação mais humanista, não que eles tenham que ser, né? Porque vai lidar com coisas mais sérias, mas eu acho que essa estrutura da polícia, eu continuo odiando a polícia até hoje em função disso aí. Porque eu acho que são arbitrários, são violentos, são sem preparo. Não têm preparo.

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Você considera que você tem algum tipo de sequela em virtude dessa semana de horror?

Eliete Lisboa Martella – Fiquei, porque, por exemplo, eu não troco uma lâmpada dentro da minha casa, eu sou incapaz de mexer com qualquer coisa elétrica. Não mexo, tem que chamar o técnico lá em casa para trocar lâmpada, eu moro sozinha, eu sou divorciada, então...fiquei. E fiquei assim, com um ódio exacerbado, com mais

⁹⁰BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Parágrafo 8 Artigo 226. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso: 04 dez 2022.

ódio. Eu já tinha ódio da ditadura, agora fiquei com mais ódio de polícia, muito ódio. Muito ódio.

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Você tem pesadelos?

Eliete Lisboa Martella – Não, agora não tenho mais. Não. Mas na época eu tive, fiquei um ano com a espada na cabeça do [*trecho incompreensível*] atrás de mim. Eu andava e percebia que tinha gente, sabe? Às vezes tinha que... não saía mais sozinha. Fiquei bem abalada, tinha medo. Porque avisaram que se eu sáísse iam me matar e eu avisei, dei publicidade para todo mundo. A faculdade inteirinha sabia que eu tinha sido presa, todo mundo sabia.

Raissa Ventura (Comissão Nacional da Verdade) – Então em relação ao Estado, você acha que seria preciso mudar a estrutura da polícia, mudar a formação dos militares de forma mais humanista...?

Eliete Lisboa Martella – Essa formação mais humanista e mais profunda eles não têm...a impressão que tem é que eles não têm formação de nada. (MARTELLA, 2014, p. 34-35).

A socialização profissional militar, comparada a outras profissões, representa um caso-limite sociológico, baseado na coesão ou homogeneidade interna. Para Jonawitz a educação numa academia militar é a experiência mais crucial de um soldado profissional, e isso deve-se em grande parte a uma transição abrupta da vida civil para a militar⁹². É possível, dessa forma, entender que esse processo seria voltado para a ideia de “descivilização” do soldado, imerso a muita testosterona, proibições e ideologias extremamente fechadas, nas ideias já abordadas sobre o lugar da mulher e a subversão que, nesse caso, casa com o sentimento em prol de uma pátria anticomunista.

Ainda hoje, as mulheres continuam sujeitas a restrições e limitações de uma sociedade composta em suas raízes históricas de tradição machista, com amarras ideológicas muito fortes. Tradição essa que só reforça o *status* de inferiorização das mulheres e impõe limitações sociais, que na verdade, são inexistentes. Na condição de mulher, muitas vezes são obrigadas a passar por testes maiores para provar que são qualificadas para determinado trabalho. Além de enfrentar o preconceito pela possibilidade de gravidez (AZEVEDO, 2019, p. 08). Dessa forma, as mulheres continuam percorrendo na busca constante por direitos, respeito e liberdade, luta contra o autoritarismo machista cultural de nossa sociedade, na tentativa de promover mudanças

⁹² CASTRO, Celso. O ESPÍRITO MILITAR Um antropólogo na caserna. Sumário Introdução 1. Militares e Paisanos. ZAHAR.ed. 2. cap. 1. p. 35. 1990.

necessárias para uma vida digna. Quando uma mulher reivindica seu direito, cobra mudanças, conquista mais espaço social, se empodera e emana poder feminino, isso causa estranhamento e incômodo às estruturas patriarcais.

As condições específicas das mulheres, como a gravidez, a maternidade, o parto, o aleitamento materno, o abortamento, a menstruação e até mesmo o fato de serem simplesmente mulheres, foram usados, pela repressão política, como mais um recurso para torturar e violentar as mulheres. (TELES, p. 507. 2015).

Cada vez mais, se faz necessário falar dos avanços que a mulher conquistou, dos espaços que vem ocupando na sociedade, principalmente na vida pública, os quais eram destinados exclusivamente aos homens, como em setores sociais, na política, no mercado de trabalho, nas universidades e lideranças de boas empresas. Uma luta constante e diária pela igualdade substantiva na totalidade da vida em sociedade. Porém, ainda existe uma resistência social quanto a essas evoluções, e por essa razão a luta das mulheres por seu espaço ainda não se encerrou.

De acordo com a ex-presidente Dilma Rousseff, em seu discurso de abertura da Comissão Nacional da Verdade, esta ação seria “uma iniciativa do Estado brasileiro e não apenas uma ação de governo⁹³” (ROUSSEFF, 2012). Faz-se necessário compreender as maneiras pelas quais as relações de gênero, como forma primeira de significar relações de poder⁹⁴, sejam elas através da educação, da propaganda, da repressão. Faz-se necessária uma investigação aprofundada sobre os crimes ocorridos na Ditadura Militar, em especial pela perspectiva do gênero, pois estes são praticados de forma distinta quando se fala sobre mulheres. A ditadura aliou o ódio à oposição ao ódio pelas mulheres ao considerá-las como subversivas, as transformando em indignas de um tratamento minimamente respeitoso.

⁹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rh5Fv7YEtBI>. Acesso: 31 jan 2023.

⁹⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991.

CONCLUSÃO

“O Brasil merecia a verdade, as novas gerações mereciam a verdade e, sobretudo, mereciam a verdade aqueles que perderam familiares, parentes, amigos, companheiros e que continuam sofrendo...”. É assim que a ex-presidenta do Brasil e ex-guerrilheira Dilma Rousseff, inicia seu discurso no ato de entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no dia 10 de dezembro de 2014, quando foi interrompida por sua própria emoção e ao recuperar o folego, continua “...continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia.”⁹⁵

A luta armada de esquerda no Brasil, passou a ser considerada uma resposta a ditadura pelos militantes, especialmente a partir da outorga do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968 pela ditadura militar. Também chamado de “golpe dentro do golpe”, este Ato proibiu todas as manifestações públicas não autorizadas pela polícia e permitiu ao exército e à polícia prender todos os suspeitos de subversão, sendo estas prisões julgadas por tribunal militar, e não pela justiça comum.

Como a violência se organiza através das hierarquias sociais e das relações sociais de poder – elas próprias constitutivas da sociedade, das identidades coletivas e individuais –, a estruturação baseada na hierarquia de gênero e sexualidade transparece na violência estatal do período, explicitando, por exemplo, o caráter tradicionalmente sexista e homofóbico da formação policial e militar, que constrói o feminino como algo inferior e associa violência à masculinidade viril. Treinados para agir com brutalidade e imersos em uma cultura de grupo e institucional em permanente tensão com o respeito aos direitos humanos, os integrantes do aparato de repressão indicados nos relatos de violência sexual aparecem como incapazes de reconhecer liberdades civis básicas, atuando como transmissores da violência, da extremidade de poder para a ponta desempoderada, não importando se a violência se direcionava contra homens ou contra mulheres⁹⁶.

A dificuldade encontrada por essa comissão foi na obtenção de informações dos Setores das Forças Armadas. A ordem veiculada pelo ofício de 25 de fevereiro de 2014, enviada aos subordinados do Comandante do Exército, proíbe qualquer colaboração para apurar os crimes decorrentes do período de 1964 a 1985, feita seja pelo Poder Executivo (federal, estadual, municipal), seja pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou por qualquer pessoa. (Luiz Cláudio CUNHA, 2014, não paginado *apud* TELES, 2015). O Ministério das Relações Exteriores impediu o aprofundamento das investigações, em especial, sobre os mortos e

⁹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rh5Fv7YEtBI>. Acesso em: 12 jan 2023.

⁹⁶ Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. v.1, part. 3, p. 404. 2014.

desaparecidos políticos, mas também sobre as torturas praticadas contra mulheres. Na cerimônia de abertura da Comissão da Verdade, Dilma Rousseff instituiu também a Lei de Acesso e Informação⁹⁷, tudo em prol da apuração dos crimes cometidos no período, onde tiveram mulheres sequestradas, torturadas, estupradas, assassinadas e desaparecidas.

Não era raro ver que as militantes mulheres recebiam um tratamento bastante diferente dos militantes homens. Os documentos, quando se referiam à mulher, usavam expressões como “ativa fanática em subversão”, “bom grau de inteligência” “moça de muita valentia”. A repressão tratou as mulheres como muito perigosas, pois elas queriam “superar os homens”, eram consideradas promíscuas porque eram capazes de abandonar seu “papel social” (TELES, 2015, p.1011). É interessante notar que homens da esquerda também consideravam as mulheres ativistas políticas como um pouco “esquemáticas”, “dogmáticas”, “totalmente entregues à causa” (ANDÚJAR, 2009 p. 27).

Segundo Susana Funck, um dos maiores desafios da produção de conhecimento sobre gênero é “desmistificar a prática feminista como uma unanimidade monolítica e fazer valer as várias facetas da categoria gênero, perpassadas como são por vetores de raça, classe, nacionalidade, sexualidade, faixa etária e tantas outras diferenças”⁹⁸. O fato de estudar e se informar contribuiu para a permanência de muitas mulheres nos movimentos políticos de luta armada em oposição ao governo militar, ainda que esses movimentos tenham arregimentado uma pequena parcela da população. A entrada dessas mulheres no universo da guerrilha possibilitou a abertura para projetos pessoais que não estavam colocados para as gerações anteriores de mulheres. Para as jovens guerrilheiras, os modelos de mulher e de vida constituídos no paradigma do casamento e da criação dos filhos foram pensados sob uma nova configuração. Essas mulheres, colocaram-se como sujeitos históricos e sociais na medida em que seus depoimentos rompem com os discursos hegemônicos de uma história pautada por um regime de verdade que recusou, por muitos anos, seu protagonismo no processo de resistência⁹⁹. Pensar a experiência da guerrilheira com base na relação entre história oral e história das mulheres é o que nos permite historicizar a construção das suas identidades e representações na

⁹⁷ BRASIL. Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n° 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF. Ano 190º da Independência e 123º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 06 fevereiro 2023.

⁹⁸ FUNCK, S. Desafios atuais do feminismo. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S. R.; ZANELLO, V. (orgs.). Estudos feministas e de gênero: articulação e perspectivas. Florianópolis: Editora Mulheres, p.23, 2014.

⁹⁹ BARROSO, Eloísa Pereira. Relações de gênero na guerrilha: A configuração dos espaços de luta. ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro. v.34. n. 74. p. 572, 2021.

dinâmica posta na trama histórica, como condutoras e partícipes de uma mudança política e social de compreensão do seu papel na sociedade.

As mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos 1960. Dessa forma, essas mulheres não podiam de forma alguma ter participação na política, exceto pela reafirmação de seus lugares de mães-esposas-donas-de-casa. A luta na guerrilha possibilitou a muitas tirarem lições para a elaboração e difusão do pensamento feminista no Brasil. Cabe salientar que a emergência do feminismo aqui coincide com a vigência da ditadura militar. A atuação das mulheres, no interior dos grupos, misturou tanto a resistência ao regime como a busca de uma sociedade mais igualitária, colocando em questão as práticas políticas calcadas em um mundo masculino e a divisão entre a vida privada e a vida política¹⁰⁰.

A participação das mulheres se deu por decisão delas próprias. Ao assumirem uma posição política de transformar a ditadura em liberdade, justiça e democracia, passaram a engrossar as diversas trincheiras de lutas, das ações políticas de repúdio à ditadura, seja de luta armada ou não, o que irritou profundamente os militares que esperavam que elas fossem facilmente dominadas e controladas por eles. Eles não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura. Odiavam as militantes que fugiam do estereótipo da submissão, da dependência e da incapacidade de tomar decisão.

Quando verificamos a participação ativa de mulheres na luta armada nos anos 1960-1970 é possível afirmarmos que a militância política se define como o início de um processo de ruptura com o papel designado à mulher. Ao empunhar armas e lutar por uma causa política, as guerrilheiras questionam a tradicional hierarquia de gênero, sendo esse um ato de profunda transgressão social (BARROSO, 2021, p.561). As ações das guerrilheiras podem ser lidas como formas de se contestar o processo de reificação que naturaliza as relações de poder estabelecidas na sociedade, na qual as relações de gênero se inserem na estrutura social. Embora muitas mulheres não tivessem papel de destaque nas organizações e fossem minoria, sua participação conforme Ridenti (1990), marca um processo de emancipação, pois elas contestaram a ordem estabelecida em todos os níveis ao questionarem a hierarquia de gênero posta, naquele momento, nos diversos âmbitos da sociedade. A militância política foi um importante instrumento para a emancipação feminina, embora as pautas feministas não tivessem presentes no seio das esquerdas armadas. (BARROSO, 2021, p. 564).

¹⁰⁰ BARROSO, Eloísa Pereira. Relações de gênero na guerrilha: A configuração dos espaços de luta. ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro. v.34. n. 74. p. 566, 2021.

No Brasil, o que popularmente escutamos é que houve um acordo entre sociedade civil e Estado para que fossem perdoados aqueles que cometeram crimes políticos durante a ditadura, sendo o que resultou na promulgação da Lei da Anistia em 1979, pelo então ditador e general João Figueiredo, após a lei ter tramitado no Congresso Nacional. Diversos pontos geram controvérsia quanto à aplicabilidade e validade desta norma nos dias de hoje, fazendo com que ela continue a ser questionada no judiciário. Muitos presos políticos à época da promulgação da lei já haviam cumprido parte de suas penas ou sido mortos pelo regime ditatorial.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos construiu uma jurisprudência no sentido de “sedimentar o entendimento de que as leis de anistia, em matéria de violação de direitos humanos, são incompatíveis com o Pacto de São José da Costa Rica¹⁰¹”. Para tanto, de acordo com a Corte, os Estados devem sim buscar identificar os responsáveis e puni-los, especialmente em se tratando de crimes contra a humanidade. Quando analisamos graves violações de Direitos Humanos e a violência institucional devemos considerar as narrativas individuais para a composição da cultura e da memória coletiva, buscando uma sociedade mais justa.

Podemos mencionar de modo mais amplo a reflexão sobre o lugar da memória em nossa cultura. A rememoração dessa luta se torna novamente importante, para a defesa de uma cidadania que não foi bem cuidada depois do suposto fim da última ditadura civil-militar. A importância do direito à memória se intensifica ainda mais quando percebemos que a falha em trabalhar de forma pública os erros do passado nos faz caminhar de volta ao local de onde começamos. É a maldição da história que se repete quando não existe justiça de transição. Mesmo com as narrativas presentes no documento oficial, permaneceram as críticas dos familiares dos desaparecidos e militantes dos direitos humanos por falta de medidas punitivas com relação à impunidade quanto aos agentes do Estado. Assim, ao concluir os trabalhos da CNV, a impunidade continuou pertinente, consequência sustentada pela Lei da Anistia. (FAGUNDES, 2019, p. 294). O “pacto de reconciliação”, tornou-se oficial, por fim, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, representando o retorno do Estado Democrático de Direito.

Poucas mulheres são reconhecidas ou até mesmo lembradas pelo seu protagonismo na ditadura militar. Talvez essa seja uma situação em decorrência do fato de que tanto homens quanto mulheres foram torturados, assassinados e desaparecidos e que, por isso, mulheres não

¹⁰¹ GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. Direito Penal e Direitos Humanos: Análise crítica da jurisprudência punitivista da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Editora D’Plácido, 2018.

deveriam, quiçá, ter um “tratamento especial”. A tortura é imensurável para ambos os gêneros, pois tende a desumanizar suas vítimas, mas as mulheres, além da tortura física, em especial, foram discriminadas com mais força com a utilização severa da objetificação de seus corpos, a tortura psicológica e moral, tendo efeitos e sequelas específicas quanto ao período ditatorial.

Para muitas mulheres, que sentiram em seus corpos os mais variados atos de violação, seja ela simbólica, psicológica e física, falar sobre alguns aspectos e/ou rememorar determinadas passagens de suas vidas ainda é algo doloroso. Sem esquecer que, ao se anistiar torturados e torturadores, estes últimos são presença constante e efetiva na política brasileira, bem como seus apoiadores. Assim, entendemos que a militância das mulheres contra o regime militar apresenta inúmeras formas de rompimento e normatizações, fazendo de suas ações um ato ainda maior de resistência. Ao se posicionarem criticamente geraram descontentamento não apenas social, mas também político, fossem nos interrogatórios que eram submetidas pela repressão, suportando todos os tipos de humilhações em voga de sua sexualidade ou na própria convivência dentro dos aparelhos dos partidos e espaços de luta política (COLLING, 2019, p. 56).

Mesmo com sequelas gritantes em seus corpos e almas, de forma tímida, houve, pela primeira vez, de forma pública e ampla, um espaço seguro para a fala das vítimas. Portanto, parte significativa da verdade, de fato, foi trazida à tona devido à vontade e/ou necessidade de sobreviventes e vítimas de tornarem públicas suas histórias silenciadas ao longo de décadas. Ao revelar os crimes como sequestros, torturas, assassinatos e ocultamentos de cadáveres, os crimes cometidos pelo emprego da violência de gênero, como os estupros, a violência sexual, os abortamentos forçados, entre outros, coloca-se a necessidade do avanço em direção à compreensão de que devem ser incluídos, de maneira autônoma, os crimes de gênero no rol daqueles considerados como as graves violações de direitos humanos, ou seja, os crimes de lesa-humanidade (TELES, 2015, p. 1002).

Dessa forma, conclui-se que a partir deste movimento dialético, entre presente-passado-presente, pretende-se compreender historicamente esse processo de desigualdade entre os gêneros tem um passado distante, traçar os movimentos da mulher enquanto sujeito histórico e, finalmente, analisar muitos aspectos de como se deu o processo de inferiorização da mulher.

FONTES

ESTEVIÃO, A. M. R. Vítima civil e familiar de vítima civil. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 03 de maio, 2013. São Paulo, SP. NUP: 00092.002303/2013-16.

Depoimento colhido sob responsabilidade de: Anivaldo Padilha, Raíssa Whiby e Luci Buff.

Disponível

em:http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Ana_Maria_Ramos_Estevao.pdf. Acesso em: 11 nov 2022.

MARTELLA. E. L. Vítima civil e Testemunha. Testemunho colhido por integrantes da CNV.

14 maio, 2014. São Paulo, SP. NUP: 00092. 000960/2014-00. Depoimento colhido por Raíssa

Ventura e Ariana Bazzano. p.07. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/00092_000960_2014_00_degravacao.pdf. Acesso em: 25 nov 2022.

PIRES, A. M. Vítima civil. Testemunho colhido por integrantes da CNV. 25 de fevereiro, 2014.

São Paulo, SP. NUP: 00092.000430/2014-53. Depoimento colhido por Maria Luci Buff

Mogliori. p. 02. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_civis/Aurea_Moretti_Pires_-_25.02.2014_-_rp.pdf. Acesso: 30 nov 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Rodrigo Queiroz de. PELÁ, Marcia Cristina Hizim. As origens e o cotidiano da misoginia e a violência de gênero. Faculdade Alfredo Nasser. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565 v.9, n.3, p.68-84 (2020)

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf. Acesso em: 1 de agosto de 2022.

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. Sistema de classificação em linked. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. IV Seminário cetros Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Brasil, out. 2013. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminarioscetros/anais/trabalhos_completos/69-1722508072013-161937.pdf. < acesso em 11 de outubro de 2022.

ALVES, Maria Helena. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005, pt. 01.p. 39-61

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. As raízes da violência na sociedade patriarcal. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 235-243, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a12.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.

AMUSSEN, Susan Dwyer. Féminin/Masculin: le genre dans l'Angleterre de l'époque moderne. Annales ESC. Paris, vol. 40, no 2, mar./apr., 1985, p.270.

AMUSSEN, Susan Dwyer. Féminin/Masculin: le genre dans l'Angleterre de l'époque moderne. Annales ESC. Paris, vol. 40, no 2, mar./apr., 1985.

ANDÚJAR, Andrea et al. De minifaldas, militâncias y revoluciones. Exploraciones sobre los 70 en la Argentina. Buenos Aires: Luxemburg, 2009).

ANTONIO, C. A. de O.. Freud e os enigmas da diferença sexual. Disponível em: <http://www.psicanalise.ufc.br/hot-site/pdf/Mesas/07.pdf>. Acesso: 10 nov 2022.

ÁVILLA, Mirian Patrícia Lima Gonçalves, BRITO, Ana Raquel Vieira de. SILVA, Robson Aparecido da Costa. ANDRADE, Adathiene Farias de. NUNES, Heleno Pereira. Breves discussões sobre a violência contra a mulher na sociedade contemporânea por uma perspectiva sócio histórica. REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura. v.03.n.12, pp. 132-157, out-dez, 2020. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>. Acesso em: 20 dez 2022.

AZEVEDO, M. A; SOUSA, L.D. EMPODERAMENTO FEMININO: CONQUISTAS E DESAFIOS. SAPIENS: Revista de divulgação científica. UEMG. v.1.n.2, 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/3571>. Acesso em: 04 jan 2023.

BARROS, A.M.D.B, ALVES, L.P. LIMA, R. N.A. Misoginia e a proteção jurídica. Anais do II Congresso de pós-graduação UBM. v.1.n. n02. 2022. Disponível em: <https://revista.ubm.br/index.php/copgrad2/article/view/1409>. Acesso: 01 jan 2023.

BARROSO, Eloísa Pereira. Relações de gênero na guerrilha: A configuração dos espaços de luta. ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro. v.34. n. 74. p. 556-575, 2021.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: Mary del Priore. (Org.). Histórias das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto e UNESP, p. 722, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERNARDO, André. A história da ‘Casa da Morte ‘contada por única sobrevivente. ‘Queima de arquivo’. BBC NEWS Brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>. Acesso em: 02 dez 2022.

BLAY, Eva Alterman (coord). Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. EDITORA CULTURA ACADÊMICA. São Paulo, SP. ISBN: 978085-7983-547-6. ed. 1. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Editora BestBolso, 2014

BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 13 fev 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014a. v. I, t. I.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014b. v. III, t. 3.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concebe anistia e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, ano 158º da Independência e 91º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder. Acesso em: 31 jan 2023.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF. Ano 190º da Independência e 123º da

República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 06 fevereiro 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Parágrafo 8 Artigo 226.

Carlos Brilhante Ustra (Major Tibiriçá). MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>. Acesso: 02 fev 2023.

CARVALHO, José Alfredo. Luciano Lepera. REDE PT. Disponível em: <https://redept.org/setoriais/nucleo---luciano-lepera/coletivo>. Acesso em: 02 fev 2023.

CASTRO, CELSO. O ESPÍRITO MILITAR Um antropólogo na caserna. Sumário Introdução 1. Militares e Paisanos. ZAHAR.ed. 2. cap. 1. p. 19-53. 1990.

COELHO, Marco Antônio Tavares. “Memórias de um comunista”. In: Estudos Avançados 13 (37), 1999.

COLLING, Ana Maria. 50 anos de ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. Revista Direito GV, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 505-522, 2015.

COLLING, Ana Maria. A Resistência da Mulher na Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, p. 91-113, 1992.

COLLING, A. M.; ALBUQUERQUE CAVALCANTI JUNIOR, A. Militantes e guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. Revista Espacialidades, [S. l.], v. 15, n. 01, p. 47–61, 2019. DOI: 10.21680/1984-817X.2019v15n01ID19186. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19186>. Acesso em: 18 dez 2022.

CORDEIRO, Janaina Martins. Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), In: Revista Gênero, v.8, p.175-208, 2009.

CORDEIRO, Luiza Helena Lobo, MOTA, Maria Dolores de Brito. A “Queima de Sutiãs” de 1968: Relações entre corpo e roupa na construção de um acontecimento simbólico feminista. *Revista de História bilros – História (s), Sociedade (s) e Cultura (s)*. v. 06, n. 13, 2018.

CORREIA, Tatiane. A relação de Patrick Peyton com a ditadura militar. GGN: O Jornal de todos os Brasis. Publicado em 23 de março, 2014. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/politica/a-relacao-de-patrick-peyton-com-a-ditadura-militar/>> Acesso em: 13 fev 2023.

COSTA, A.O.; MORAIS, M.T.P.; MARZOLA, N.; LIMA, V. da R. (dir.). 1980 Memórias das mulheres do exílio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 439 p.

FRANCHINI, Bianca. O que são as ondas do feminismo? In: *Revista QG Feminista*. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeed092dae3a>. Acesso em: 25 de set de 2022.

DAVIS, N.Z. “Woman’s History in transition: the European Case”. *Feminist Studies*, New York, v.3 n. ¾, p. 83-103, 1976. Disponível em: <http://doi.org/10.2307/3177729>. Acesso: 06 nov 2022.

DEL PRIORE, Mary, História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos César de. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto/EDUSF, 1998.

DIOTTO, Nariel; PIRES, Tatiana Diel; SOUTO, Raquel Buzatti. A (des)igualdade de gênero e o feminicídio: a evolução sociocultural da mulher e os reflexos da dominação patriarcal. *Rev. Derecho y Cambio Social*, ISSN: 2224-4131, 2017. Disponível em [https://www.derechocambiosocial.com/revista047/A_\(DES\)IGUALDADE_DE_GENERO%20.pdf](https://www.derechocambiosocial.com/revista047/A_(DES)IGUALDADE_DE_GENERO%20.pdf). Acesso: 29 nov. 2022.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 26.,

17-22 jul. 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40826>. Acesso em: 20 jan 2023.

ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, Preâmbulo. Roma. 16 Jul de 1998, Crimes contra a humanidade. art. 7 °. pdf. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/estatuto_roma_tribunal_penal_internacional.pdf. Acesso: 02 dez 2022.

FAGUNDES. Pedro Ernesto, Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y de S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. História Oral, Rio de Janeiro, v.7, p.41-59, 2004. Disponível em: <http://doi.org/10.51880/ho.v7i0.75>. Acesso: 05 jan 2023.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

FICO, Carlos. Reinventando o Otimismo. Ditadura, propaganda política e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1993.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O livro didático de Educação, Moral e Cívica na Ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Coluhbe– Universidade Federal de Uberlândia (UFU), v.1, 2006.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. Campinas, SP. p. 127-152. 2004.

FONSECA, Carlos Louzada Pedro. “Matéria” e “forma” de Aristóteles e misoginia: disseminação na literatura medieval. 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistanos/issue/view/444>. Acesso em: 25 set. 2022.

FRANCHINI, Bianca. O que são as ondas do feminismo? In: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeed092dae3a>. Acesso em: 25 de set de 2022.

FUINI, Pedro. Sequestro do embaixador americano Charles Elbrick. Editora Hoje na História. São Paulo, SP. 04 set 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/36984>. Acesso em: 03 jan 2023.

FUNCK, S. Desafios atuais do feminismo. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S. R.; ZANELLO, V. (orgs.). Estudos feministas e de gênero: articulação e perspectivas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014. p. 22-35.).

GODOY, Marcelo. A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2014.

GODOY, Marcelo. Confissões de uma torturadora do DOI-CODI. Relevações tenebrosas da tenente Neuza, da equipe de Fleuri. Documentos Revelados. 09 mar 2022. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/confissoes-de-uma-torturadora-do-doi-codi-revelacoes-tenebrosas-da-tenente-neuza-da-equipe-de-fleuri/>. Acesso em: 06 fev 2023.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. Direito Penal e Direitos Humanos: Análise crítica da jurisprudência punitivista da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Editora D'Plácido, 2018.

GUARANY, Reinaldo. A fuga. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Guerrilha do Araguaia. MEMÓRIAS DA DITADURA. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/eventos/guerrilha-araguaia/>. Acesso em: 02 dez 2022.

GLICK, P., & Fiske, S. T. (2011). *Ambivalent sexism revisited*. *Psychology of Women Quarterly*, 35(3), 530–535. Disponível: <https://doi.org/10.1177/0361684311414832>. Acesso: 07 dez 2022.

HESSMANN, Dayana Rúbia Lobo. Mulheres vermelhas: A escrita masculina sobre a mulher comunista durante a ditadura civil-militar brasileira (1965-1985). Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidade, Descolamento.

IBGE, Censo Demográfico de 1970.

JOHNSON, Allan G. *The Gender Knot - Unraveling our Patriarchal Legacy*. Filadélfia, Temple University Press. 1997.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÈ, Hélène ; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, pp. 67-75, 2009.

KIMMEL, M.S. A Produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. trad. LEAL, Andréa Fachel Leal. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS. ano 4, n.9. 1998.

KIMMEL, M.S. A Produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. trad. LEAL, Andréa Fachel Leal. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS. ano 4, n.9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>. Acesso: 30 nov 2022.

KRAMER, H.; KLEBIS, Daniela. O movimento feminista no Brasil e no mundo. *Revista Pré-Univesp*. n. 61. Setembro, 2015. Disponível em: <http://pre.univesp.br/o-movimento-feminista#.WRPDXIUrLIV>. Acesso em: 04 de set de 2022.

SPRENGER, J. *Melleus maleficarum. O martelo das bruxas*. Tradução de Alexander Freak. 2007.

Krug, E.G., Dahlberg, L.L., Mercy, J.A., Zwi, A.B., Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.

LEITE, Isabel Cristina; GUMIERI, Julia; CARVALHO, Lucila Lang Patriani de; GHERINI, Pamela Michelena de Marchi. Se eu morrer [livro eletrônico]: Inês Etienne e a denúncia da

violência de Estado e de gênero. (Org.) OLIVEIRA, Bruno Gomes. ed. 1. São Paulo, SP. Editora Monstra, 2021. PDF. ISBN: 978-65-992897-2-9. Disponível em: http://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/10/seeumorrer_red.pdf. Acesso em: 16 dez 2022.

LOUREIRO, Claudia Marcia Pereira, COSTA, Izabel da Silva Affonso da, FREITAS, Jorge Augusto de Sá Brito e. (2012). Trajetórias Profissionais de Mulheres Executivas: Qual o preço do sucesso? Revista de Ciências da Administração, Santa Catarina, v. 14, n. 33.

LOURENÇO, Lélío Moura. (org.) Cap. 6. O sexismo como instrumento de legitimação da violência contra a mulher. FERREIRA, M. B de O. TRINDADE, P. S. R. L. NOGUEIRA, V.M.M., LOURENÇO, L.M. Juiz de Fora, MG. Editora UFJF, 2021.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. Cadernos Pagu, [s.l.], n. 43, p. 57-118, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO).

MORGADO, Rosana. Violência doméstica: o que é? In BRANDÃO, Eduardo e Gonçalves, Hebe. Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

MENDES Raiana Siqueira; Bruna Josefa de Oliveira VAZ, Amasa Ferreira CARVALHO. O Movimento Feminista e a luta pelo empoderamento da mulher. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/25106/14464>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.

MITCHEL, Juliet. A Situação das mulheres nos tempos da ditadura: A revolução das mulheres é a mais longa. (Org.) p. 14.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, p. 89-136, 2002.

OMS Aborda consequências da violência sexual para saúde das mulheres. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/80616-oms-aborda-consequencias-da-violencia-sexual-para-saude-das-mulheres>. Acesso em: 02 dez de 2023.

PEDRO, Joana Maria; SCHEIBE, Cristina Wolff. As dores e as delícias de lembrar a ditadura militar no Brasil: uma questão de gênero. História Unisinos. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. v. 15. n. 3, setembro-dezembro, 2011. p. 398-405. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866828008>. Acesso: 19 jan 2023.

PERROT, Michele. “Práticas da Memória Feminina” In: Bresciani, Maria Stella Martins (org.). A Mulher no Espaço Público, São Paulo, Marco Zero, 1989.

PERROT, Michelle, Práticas de memória feminina. Revista Brasileira de História. Vol. 9, no 18, São Paulo, ago./set. 1989.

PIOVEZAN, Flávia. A proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres. EMERJ. Rio de Janeiro, RJ. v. 15. n. 57. 2012.

PORTELLA Jr, José Carlos. “Qual a diferença entre ‘graves violações aos direitos humanos’ e crimes contra humanidade?”. In: Canal Ciências Criminais, 2017. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/direitos-humanos-crimes-humanidade/>. Acesso em: janeiro 2023.

PRIORE, Mary Del. (Org.) Histórias e Conversas de Mulher. São Paulo: Editora Planeta, 2013.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar. (orgs.) Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.

REED, Evelyn. Sexo contra sexo ou classe contra classe. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n.45, p. 171-186, 2010.

Relatório da CNV: A Criação da Comissão Nacional da Verdade. v.1, part. 1, 2014.

Relatório da CNV: As atividades da CNV. v.1, part. 1, 2014.

Relatório da CNV: Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. v.1, part. 3, 2014.

RIBEIRO, M.C.B. A resistência à ditadura civil-militar brasileira e as redes transnacionais de solidariedade (1964-1985). Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1442251837_ARQUIVO_RedesTransnac.pdf. Acesso em: 31 dez 2022.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social. Rev. Sociol. USP*, São Paulo. p. 113-128. 1990.

SAFFIOTI, Heleieth I. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, p.193-215, 1992.

SAFFIOTI, H.I.B. Gênero, patriarcado, violência. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, SP. ISBN: 85-7643-002-9. 2ed. 2015. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 04 jan 2023.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 22, p. 35–50, 2004.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat, Recife, 1991.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo, Unesp, 1992.

SILVA, D.Q. da, FOLBERG, M.N. De Freud a Lacan: as ideias sobre a feminilidade e a sexualidade feminina. Estudos de Psicanálise. Salvador, BA. n.31. p.50. outubro, 2008.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional, o poder executivo e geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Angela. Nalu. GODINHO, Tatau (Org.). Mulher e Política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOUZA, L. Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In: TRINDADE, Z.A.; SOUZA, L. (ends.). Violência e exclusão: convivendo com paradoxos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 57-74.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. Revista: DIREITO GV. São Paulo. p. 505-522. 2015.

TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. Seção temática. Rev. Estud. Fem. 23 (3). p. 1001-1022. Set-Dec 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p1001>. Acesso em: 27 dez 2022.

TIMM, Flávia Bascuñán; PEREIRA, Ondina Pena; GONTIJO, Daniela Cabral. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 11, n. 22, p. 247-259, dez. 2011. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 agost. 2022.

WASELFISZ, J. J. Assistente; ANDRADE, S. M. da F. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 03 de set de 2022.

WOOLF, Virginia. Orlando. São Paulo, SP. Abril Cultural, 1972.